

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO MESTRADO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

HEGAIR DAS NEVES PEREIRA



**UMA ESTRELA GUIA E SETE CAMINHOS: MEMÓRIAS DE UMA FAMÍ-
LIA QUILOMBOLA SOBRE OS PERCURSOS DE VIDA E LUTA PELA
AGROECOLOGIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO**

AMARGOSA - BA

2023

HEGAIR DAS NEVES PEREIRA

UMA ESTRELA GUIA E SETE CAMINHOS: MEMÓRIAS DE UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA SOBRE OS PERCURSOS DE VIDA E LUTA PELA AGROECOLOGIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Memorial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo, na Linha 2 – Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Ribeiro Velloso
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Nascimento Givigi

AMARGOSA - BA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

P436e

Pereira, Hegair das Neves.

Uma Estrela guia e sete caminhos: memórias de uma família quilombola sobre os percursos da vida e luta pela agroecologia e o acesso à educação. / Hegair das Neves Pereira. – Amargosa, BA, 2023.

68 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Velloso.

Co-orientadora: Prof. Dr. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Memorial (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA, 2023.

Bibliografia: p. 66 - 68.

1. Educação do Campo. 2. Educação. 3. Quilombos. I. Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Givigi, Ana Cristina Nascimento. III. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. IV. Título.

CDD – 379

HEGAIR DAS NEVES PEREIRA

UMA ESTRELA GUIA E SETE CAMINHOS: MEMÓRIAS DE UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA SOBRE OS PERCURSOS DE VIDA E LUTA PELA AGROECOLOGIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Memorial apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo, na Linha 2 – Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação.

Amargosa – BA, 27 de junho de 2023.

Examinadoras:



Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Ribeiro Velloso

Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Georgina Gonçalves dos Santos

Examinadora Externa



Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Inácio Diório

Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Àquela força que faz brotar água do chão, a força das águas nascente, Mam'etu Kissimbi! Que faz pulsar em mim o propósito de ser na terra a sua materialização.

A todas aquelas pessoas que, de algum modo, me inspiraram e me ensinaram a ter mandinga para jogar o jogo da vida.

Sakidila!



Fotografia 01: Tapetes coloridos costurados por Bi

Acervo Pessoal (2020)

Tapetes coloridos – Cores de África em nós

Ao olhar para o quintal, vejo a porta tomada de cores! Eram os “Tapetes coloridos de Bi”. Foi tão inspirador, que senti a necessidade de escrevivenciar a memória desta cena.

Desde muito nova Bi costura! Plantava, cuidava e colhia um algodão chamado Rim de boi, a planta tinha esse nome porque suas sementes realmente se parecem com um rim de boi. Ela tirava do caroço uma pluma alva, que passava no arco, depois no fuso e transformava aquele algodão plumoso em diversas espessuras de linha. As enrolava no formato de novelos. Os novelos de linhas eram deixados de molho na tintura do anil. Naquele tempo, anil não pequenas pedrinhas azuis dispostas no supermercado, anil era árvore encontrada na caatinga, e suas cascas eram utilizadas para colorir tecidos. Após coloridos, os novelos azuizinhos seguiam para o tear e viravam o riscado. Riscado é um tecido de algodão geralmente branco com riscos coloridos, belo e extremamente resistente, igual a Bi. O riscado é utilizado para fazer calças, saias, vestidos e cobertores, chamados também de bitú.

A tecelagem era parte da costura de Bi, atividade que fazia para “descansar” do trabalho da roça, da labuta com a casa, com os filhos... Ela tem uma máquina a pedal, na qual, quando criança, eu sentada no pedal, utilizando a roda como volante, imaginava ser um belo carro. É uma linda máquina que dispensa eletricidade, o sobe e desce do pedal produz energia suficiente para o ziguezaguear da agulha no tecido.

Bi costuma desmanchar as roupas que não servem mais para nenhum membro da família para fazer um mundo de coisas. Lençóis, remendos para outras roupas, panos de prato e faz tapetes coloridos incríveis. Tapetes que tem diferentes formas, cores, tamanhos, funções e histórias... me pergunto: de onde vem essa sabedoria?!

É mágico ver uma calça velha ser transformada em uma coalheira, peça de arreio que, presa no pescoço do cavalo, sustenta as correntes que puxam a carroça.

Bi nunca fez nenhum curso de corte e costura, não frequentou escola, mas soube, ao seu modo, passar o legado de sua arte para mim. Não é isso ancestralidade viva?!

Mulheres como esta vem ao mundo para despertar a África que vive em nós.

Memórias de Rui Barbosa-BA, 13 de junho de 2020.

Resumo:

Sempre ouvi minha mãe dizer que a caneta é mais leve que a enxada, no entanto, jamais esquecerei que foi a *enxada* que garantiu meu alimento, formou minha essência e minha identidade. Assim, trago a construção deste trabalho onde faço-me parte, aliando a trajetória da vida de minha família, com os meus caminhos trilhados, resultando na oportunidade de escrever nossa história, integrando saberes, conhecimentos, lutas, conquistas que tem como alicerce a ancestralidade. Ancestralidade esta, que garantiu minha identidade de mulher negra do campo, que faz uso da memória para sua libertação. Esse contexto traduz objetivo geral deste trabalho, que é identificar as estratégias de sobrevivência e as práticas agrícolas por meio da narrativa de memórias de mulher negra campesina quilombola, a partir da agroecologia e do acesso à educação. A metodologia utilizada para o partear desta semente-trabalho-fruto é a escrevivência. É através das escrevivências, que nasce a força para superação de desafios impostos ao campo para acesso ao conhecimento, onde as memórias, lembranças de dores e alegrias, compuseram nossas trajetórias e formaram nossas personalidades. Pois é nesta pluralidade e vulnerabilidade que constitui a saciedade.

Palavras-chave: Mulher quilombola, Escrevivência, Agroecologia, Educação do Campo, Questão Agrária

Abstract:

I always heard my mother say that the pen is lighter than the hoe, however, I will never forget that it was the hoe that guaranteed my food, formed my essence and my identity. Thus, I bring the construction of this work where I am a part, combining the trajectory of my family's life, with my paths trodden, resulting in the opportunity to write our history, integrating knowledge, knowledge, struggles, achievements that have as their foundation the ancestry. This ancestry, which guaranteed my identity as a black woman from the countryside, who uses memory to liberate her. This context translates the general objective of this work, which is to identify survival strategies and agricultural practices through the narrative of memories of a black peasant woman from the quilombola, based on agroecology and access to education. The methodology used to deliver this seed-work-fruit is writing. It is through the writings that the strength is born to overcome the challenges imposed on the field for access to knowledge, where memories, memories of pain and joy, composed our trajectories and formed our personalities. For it is in this plurality and vulnerability that satiety is constituted.

Key words: Quilombola woman, Writing, Agroecology, Rural Education, Agrarian Question

SUMÁRIO

1. DUZU ERA CAPRICHOSA E TINHA CABEÇA PARA LEITURA. UM DIA SERIA PESSOA DE MUITO SABER	9
1.1 PELOS CAMINHOS DAS MEMÓRIAS	14
2. QUERENÇA DESCEU O MORRO RECORDANDO A HISTÓRIA DE SUA FAMÍLIA, DE SEU POVO.....	21
2.1 PROFUNDO VER O PESO DO MUNDO NAS COSTAS DE UMA MULHER.....	24
2.2 INFÂNCIA NA CHUVA.....	30
3. TERRA: ELEMENTO SAGRADO, NECESSÁRIO E IDENTITÁRIO.....	37
3.1 CHEIRO DE FESTA.....	47
4. É PRECISO EDUCAÇÃO COM ATITUDE!	51
4.1 AS PORTAS NÃO SÃO ABERTAS POR OFERECIMENTO, SÃO ABERTAS POR BUSCA.....	56
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1. DUZU ERA CAPRICHOSA E TINHA CABEÇA PARA LEITURA. UM DIA SERIA PESSOA DE MUITO SABER



Fotografia 02: Convite para colação de grau da graduação em Engenharia Agrônômica na UFRB.

Fonte: Produtora Aldeia Norte (2018)

Eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de todas as mulheres de minha família. Eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas nossas yabás, donas de tanta sabedoria

Olhos d'água: Conceição Evaristo

Início a escrita trazendo as escrevivências de Conceição Evaristo no seu livro *Olhos d'água*. De acordo com essa mulher singular, as escrevivências nascem do cotidiano, das lembranças e da própria vida do seu povo, como condição da afrodescendência no Brasil. Esta escritora-poeta-mulher tem nutrido imensamente as raízes de minha ancestralidade com suas palavras contadas e vividas que, por vezes, me levam a pensar que ela escreve para mim, sobre mim, sobre meu passado, meu presente, minha família, meu quilombo, meu povo. Esta é uma singularidade da escrevivência de mulheres negras. Existe uma realidade contada de forma aparentemente isolada, mas que também retratam a realidade de inúmeras semelhantes, mulheres negras.

Oriunda de uma comunidade rural quilombola, sou filha de uma mulher de fibra que mudou o rumo de sua geração quando se dispôs a garantir a educação dos filhos, sobreviventes à seca e

demais mazelas sociais impostas ao sertão nordestinos, mas que também coincidiu com um momento de democratização do ensino, especialmente público superior. Foi um momento de expansão e interiorização do ensino superior público, fruto de lutas dos movimentos e organizações sociais da classe trabalhadora por direitos. O acesso à educação sempre foi algo desafiador para minha família, assim como para inúmeras pessoas que residem no campo e precisam sair dele para estudar sem perder sua identidade.

Sempre ouvi minha mãe dizer que a caneta é mais leve que a enxada, no entanto, jamais esquecerei que foi a *enxada* que garantiu meu alimento, formou minha essência e minha identidade. Acredito que “os processos educativos acontecem fundamentalmente na família, nas lutas, no movimento social, no trabalho, na produção, na vivência cotidiana” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 14), por isso, ainda que com muitos desafios, sempre vinculei os conhecimentos adquiridos nos ambientes escolares com as demandas e anseios de minha comunidade e da nossa família. Pois “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também (FREIRE, 1970, p. 38)”.

Até a conclusão do ensino fundamental II, estudei na única escola de minha comunidade. Que, mesmo estando localizada na zona rural do sertão baiano, disponibiliza aos estudantes um ensino descontextualizado de nossa realidade, uma educação bancária, conceituada por Freire (1970) como o “ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. O que Freire (2006, p. 79) aborda é que a leitura e a escrita passam necessariamente pela leitura do mundo, em que “ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra.” O que se contrapõe a concepção “bancária” que fundamenta a educação rural, na qual prevalece a transferência de saberes e conhecimentos, que aliada ao avanço do agronegócio, contribuiu para o êxodo rural de muitos jovens da localidade, a partir da manutenção das mazelas históricas de exclusão.

Por outro lado, se busca a problematização para fomentar a transformação pela tomada de consciência que se dá por meio da educação crítica e dialógica. Nesse contexto, Arroyo e Fernandes (1999, p. 14) contribuem afirmando que o papel de uma escola do campo é “organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura e a formação que acontece fora da escola”.

A ausência de continuidade do ensino em nossa localidade, aliada ao meu interesse pelos estudos obrigou a minha ida para cidade. Concluí o ensino médio em uma Escola Família Agrícola (EFA), no município baiano de Riacho de Santana - BA, vinculada à Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA). Essa oportunidade fortaleceu o vínculo com meu quilombo através da Pedagogia da Alternância. A Pedagogia da Alternância possibilita a organização do processo educativo que articula diferentes experiências formativas em tempos e es-

paços distintos, na construção de uma educação diferenciada para os sujeitos do campo, educação esta, que respeite as especificidades culturais e históricas, e que considere o seu modo de viver e produzir. Uma Pedagogia que procura vincular o ensino, a família e o trabalho para a permanência do jovem no campo. Passávamos duas semanas na EFA estudando, aprendendo técnicas, processos e conteúdos voltados para nossa realidade, que depois seriam utilizados, através dos instrumentos pedagógicos (Planos de Estudos, Cadernos da Realidade) em nossas propriedades com nossas famílias por mais duas semanas. Essa dinâmica, despertou a consciência para nunca abandonar meu local de origem, pois sou a esperança da realização dos sonhos de nossos ancestrais.



Fotografia 03: Quadro Sankofa, pintura em madeira reciclada.

Fonte: Obra autoral (2020)

Pensando em ancestralidade, a *adinkra* Sankofa, que traz um pássaro com o pescoço voltado para trás, como no quadro acima, nos ensina que é preciso estarmos conscientes dos erros, acertos e trajetórias que nossos antepassados percorreram, para compreender o presente, almejar um futuro de avanço e evolução e ao mesmo tempo não esquecermos de onde viemos.

A presença e protagonismo do jovem no campo são necessários para que a vida no campo perpetue, e perpetue com qualidade e prosperidade, afinal: O futuro é ancestral! Vi esta frase pela primeira vez numa série de mesmo nome, apresentada por Katiuscia Ribeiro, na qual ela traz ensinamentos ancestrais a partir da filosofia africana, nos fazendo refletir sobre: o que o berço da humanidade, África, tem a contribuir para a qualidade das nossas vidas hoje?

Temos sido bombardeados com mensagens negativas de nós mesmos. É fácil descobrir por quê. Quem quer desconstruir uma nação precisa, antes de tudo, quebrar sua autoestima, sua confiança em si mesma. A destruição da escola pública e o controle dos meios de comunicação de massas pelas elites desempenham um papel decisivo. Em vez de cultura, vulgaridade; em vez de interação humana, isolamento; em vez de estímulo à iniciativa, passividade; em vez de esperança, cinismo; em vez de cidadania, consumo; em vez de responsabilidade, esperteza (BENJAMIN; CALDART, 2000, p. 18).

Acessar uma universidade federal foi algo possível de imaginar somente aos dezoito anos de idade, após conhecer outras realidades de povos sertanejos, ribeirinhos, agricultores, quilombolas semelhantes à minha, atuando em uma Organização Não-Governamental (ONG) que presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Território Velho Chico, no estado da Bahia. O acesso à informação é algo valioso. Às vezes é preciso projetar seu pensamento para fora da bolha para ter consciência que está dentro dela.

Os chamados marginalizados, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (FREIRE, 1970, p. 39).

Sob esta perspectiva, veio o desejo de acessar os espaços de conhecimento historicamente negados aos nossos, como a universidade pública. A escolha pela graduação em Engenharia Agrônoma na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, no ano de 2013, foi motivada pela vontade de aprimorar os conhecimentos práticos adquiridos na lida no campo, para complementar algo tão sagrado, que é a produção de alimentos.

Neste processo continuei reverenciado minhas raízes, meu lugar de origem. Para isso, escrevi com minha comunidade, no ano de 2018, o trabalho de conclusão do curso de Engenharia Agrônoma, sobre o protagonismo da mulher quilombola, seus processos organizativos e suas práticas agroecológicas, a partir das experiências dos quilombos Mari e Cedro, do município de Palmas de Monte Alto – BA. Ao concluir essa etapa, olhei para firme para o horizonte e continuei sonhando, como traduz a imagem que estampa este capítulo.



Fotografia 04: Entrevista com as mulheres do quilombo Mari e Cedro para o TCC

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Os espaços de educação escolar, bem como os de educação não escolar, mas que “possuem sua própria formalidade”, como diz minha mãe de santo Mam’etu Kafurengá, potencializaram minha caminhada. Neles aprendi que minha formação deve servir ao povo, que uma agricultora é tam-

bém produtora de saberes e que toda pesquisa deve ter impactos na vida da pesquisadora e de quem é pesquisado.

Sou fruto das interações que tive desde que cheguei ao mundo e antes da minha chegada também, pois de acordo com Moita (1995, p. 114) “ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem-fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade de sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos.”

Lecionar na Escola Família Agrícola Mãe Jovina, no município de Ruy Barbosa - BA, despertou em mim a urgência para construção e fortalecimento de espaços educativos que contrapõem a lógica da educação rural, responsável por alienar e contribuir para a perda de identidade da juventude do campo.

Aliar minha caminhada acadêmica aos anseios de mudanças na perspectiva agrícola, identitária e organizacional de minha comunidade me motivou a concorrer ao Mestrado de Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, acreditando que através dessa aliança é possível a continuidade do processo de empoderamento e fortalecimento de um quilombo que luta pelo resgate de sua identidade e autonomia.

Assim, trago a construção deste trabalho aliando a trajetória da vida de minha “estrela guia” aos meus caminhos trilhados, com a oportunidade de integrar saberes, conhecimentos, lutas, conquistas que tem como alicerce a ancestralidade que garantiu nossa identidade de mulher negra rural e de toda uma sociedade que carece ainda de firmamento de sua memória e de sua libertação. Esse contexto traduz o que esse trabalho representa com o objetivo geral de identificar as estratégias de sobrevivência e as práticas agrícolas por meio da narrativa de memórias de mulher negra campesina quilombola, a partir da agroecologia e do acesso à educação.

Para tanto, pretendo narrar minha trajetória aliada à trajetória de minha mãe, numa perspectiva intergeracional destacando no segundo capítulo o protagonismo das Mulheres Negras Quilombolas aliada a Questão Agrária; ainda abordo sobre a Agroecologia e o uso das Tecnologias Sociais na busca pela Soberania Alimentar e valorização de nossa Cultura; e por fim, a educação que tivemos, bem como nossos desafios para acessar a Educação do Campo e o espaço escolar como fruto de conquistas.

Não pretendo aqui esgotar qualquer discussão. Neste trabalho, procuro evidenciar como nosso cotidiano de campo, de quilombo, de sertão nordestino, de mulher negra que traz consigo o legado africano atravessando o oceano atlântico e as gerações, molda e faz de nós educadoras(es), bem como aprendizes.

1.1 PELOS CAMINHOS DAS MEMÓRIAS



Fotografia 05: Lavagem das roupas em família na fonte de água mais próxima da nossa casa.

Fonte: Arquivo Pessoal (1993).

Se o ser humano conseguiu permanecer colonizando expandindo a sua presença na Terra, é porque foi capaz de reconhecer e aproveitar os elementos e processos do mundo natural, um universo que possui uma característica essencial: a diversidade. Essa habilidade se deve à manutenção de uma memória, que conseguiu se estender pelas diferentes configurações de sociedade que formaram a espécie humana (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.28).

Para esses autores, esse traço, a memória da espécie humana, é evolutivamente vantajoso, porém, vem sendo limitado, ignorado, esquecido ou taticamente negado com o aparecimento da modernidade, que constituiu uma era cada vez mais orientada pela *vida instantânea* e pela perda da capacidade de recordar. De acordo com Nah Dove (1998), para nós, povos Africanos e sua diáspora, há uma crença de que, apesar de nossas experiências diferentes, estamos ligados à nossa memória cultural e espiritualidade Africana e podemos a qualquer momento nos tornarmos conscientes de sua importância para nossa Africanidade e futuro.

Independentemente do local onde vivemos, temos uma memória de relação com a terra e na maioria das vezes, é uma memória onde não somos a única pessoa presente, quase sempre, é uma memória coletiva. Algumas dessas lembranças sequer foram vividas por nós, mas, são mantidas nas comunidades através da prática da oralidade. "A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos (KRENAK, 2019)".

Sinto esta memória viva em mim e tento expressá-las através de linhas *escrevidas*. Encarando o desafio da escrita a partir "de uma vivência, de uma experiência, de uma condição, de uma

memória ancestral, de uma memória histórica”, pois são dessas vertentes que nasce a escrevivência de acordo com Conceição Evaristo (2021) em uma entrevista.

Esse também é o ponto de partida para nosso diálogo sobre Educação do Campo e Agroecologia. O desafio permanente de resgatar memórias ao mesmo tempo em que assumimos responsabilidades sobre nossa ação. “Povos e comunidades tradicionais enfrentam os desafios colocados pela modernização, ativando suas memórias coletivas para definir estratégias inovadoras em defesa de seus meios e modos de vida” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 12).

Somos sujeitos atravessados por experiências, o que nos torna extremamente especiais. O que procuro trazer nestes “caminhos das memórias” são lembranças narradas sobre minha família que permanecem vivas em meu interior, materializadas em minhas escolhas pessoal, profissional e acadêmica e que remetem ao passado presente. Lembranças vividas que, segundo Arroyo (2013, p. 554), “se libertam nas brutais e opressoras experiências e relações de opressão, de resistência e de libertação”. Afinal, como indaga Ailton Krenak (2019) “por que as narrativas criativas de relação entre ser humano e natureza vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente?”.

Minha família sempre viveu uma relação muito íntima com o alimento, desde a produção até seu consumo. Somos filhos da terra, por isso não dá para esquecer ou negar toda identidade, fartura, diversidade e histórias que ela proporcionou e proporciona na vida de cada uma (um) de nós. É uma relação ancestral que carregamos!

Neste sentido, a agricultura familiar é um segmento que exige presença constante da (o) agricultora (or) pela centralidade da gestão familiar. Shanin (2008) afirma que esse segmento é extremamente resiliente em situação de crises, que se adapta às mudanças desencadeadas pelos modelos de desenvolvimento excludentes. No caso da região semiárida, mesmo que as chuvas tenham um curto período de ocorrência (de outubro a março), durante todos os meses do ano as famílias estão envolvidas no processo de produção. A agricultura familiar se mantém como principal segmento que garante o abastecimento interno dos alimentos no nosso país (IBGE, 2017), mesmo como as violências submetidas historicamente de explorações e negações de direitos.

E assim, o conhecimento é transmitido dos mais velhos para os mais novos, é onde, mesmo sem acesso à educação escolar, o saber é consolidado com a prática cotidiana de lavrar a terra e dar vida à semente-alimento e o trabalho, enquanto princípio educativo, torna-se a alavanca para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. “Historicamente, o ser humano se utiliza dos bens da natureza pelo trabalho e, assim, produz meios de sobrevivência e conhecimento” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2013, p.751). Neste contexto fomos criados! Num contexto em que o trabalho era o constante aprendizado de como lidar com os bichos, a terra, a água, a natureza como um todo. Um trabalho que nos preparou para produção da vida, opondo-se ao trabalho nos modos de produção capitalista.

Acredito que “não podemos supor que só se educa na escola. Escola sim, mas vinculada ao mundo do trabalho, da cultura, ao mundo da produção, vinculada à luta pela terra, ao projeto popular de desenvolvimento do campo” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 14). Mam’etu Kafurengá (2019, p.37) nos faz refletir sobre as experiências da primeira escola de religião e cultura de matriz africana do sul da Bahia, uma escola com sua própria formalidade, uma formalidade criada com base na Pedagogia do Terreiro, onde todos têm o que ensinar e o que aprender, sem distinção alguma.

Para ela, se os alunos e alunas das escolas públicas brasileiras, si enxergassem nos livros, nas rodas de conversa e nos espaços escolares como protagonista (povos guerreiros que até hoje resistem ao extermínio), talvez fossem motivados a ir à escola. Talvez fossem motivados a conhecer, a entender que o conhecimento é uma arma para sua emancipação. E quem jogaria no lixo a arma capaz de propiciar sua libertação. Mam’etu Kafurengá (2019, p.43), é a idealizadora da pedagogia do Terreiro, e na sua visão, um dos grandes problemas da educação é a imposição de um modelo único, que não contempla a diversidade humana. Na tentativa de superação desta realidade histórica, que é a falta de acesso à educação por parte das populações negras e indígenas, esta pedagogia surge dentro do Terreiro Caxuté, localizado na comunidade Cajaíba, em Valença-BA, para colocar o negro e o indígena na condição de produtores de saberes e fazeres, como seres que tem muito a ensinar e muito a aprender. Este é mais um exemplo de resistência coletiva!

Somos, assim como inúmeras famílias quilombolas camponesas, “sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas” (TARDIN, 2013, p. 180).

Hoje, somos sete filhos, que trilharam “*sete caminhos*” diferentes pelas interfaces dos processos educativos, que possuem o labor da terra como principal elemento de identidade e que foram trazidos ao mundo e guiados pelas encruzilhadas da vida por uma “*estrela guia*”, nossa mãe: Ivanda ou Bi, como chamamos carinhosamente aquela que costurou os tapetes coloridos que estamparam o início desta escrita.

Sou uma jovem negra, filha e neta de agricultores quilombolas. Cresci na terra, plantando, colhendo, beneficiando. Fiz pintura, marcação, fui doméstica, ajudante de costureira, boia fria, extensionista, técnica em Meio Ambiente, Engenheira Agrônoma, Agroecologista, Muzenza de um terreiro bantu-indígena chamado Nbanza Luango-raiz do Caxuté e, por isso, uma eterna aprendiz da arte de viver. Neste momento sou tudo isso e mãe, cuidando e criando pela primeira vez uma semente-fruto que veio de dentro de mim.

Descrevo parte de uma caminhada que é da minha família, mas sei que é também de várias outras famílias negras camponesas e quilombolas que, na superação de desafios impostos ao campo

para acesso ao conhecimento, possuem em suas memórias, lembranças de dores e alegrias que compõem suas trajetórias e formam suas personalidades. É nesta pluralidade e vulnerabilidade que constitui a saciedade. A fotografia que ilustra esse subcapítulo diz muito sobre isso, nela está minha mãe, lavando as roupas da família com o sabão *decuada* feito por ela mesma, com a gordura dos ossos dos animais que criavam e cinza, ao seu lado, os filhos e filhas tomando banho e se divertindo em uma das poucas fontes de água que existia próximo de casa e em seu ventre fecundo, eu, sua última semente-rebento. Naquela época não tínhamos muito acesso às tecnologias como uma máquina fotográfica, as fotos que possuímos foi graças aos parentes que vinham de São Paulo, faziam nossos registros e depois nos mandavam por alguém que estivesse vindo de lá.

Meus caminhos das memórias são as escrevivências, esta é a metodologia que mais me aproxima do partear desta semente-trabalho-fruto. Conceição Evaristo (2005) descreve a origem de sua escrita a partir dos ensinamentos de sua mãe, quando esta desenha no chão um sol, ansiando a sua aparição para secar as roupas:

Na composição daqueles traços, na arquitetura daqueles símbolos, alegoricamente ela imprimia todo o seu desespero. Minha mãe não desenhava, não escrevia somente um sol, ela chamava por ele, assim como os artistas das culturas tradicionais africanas sabem que as suas máscaras não representam uma entidade, elas são as entidades esculpidas e nomeadas por eles. E no círculo-chão, minha mãe colocava o sol, para que o astro se engrandecesse no infinito e se materializasse em nossos dias. Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos. Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mo-farem acumuladas nas tinas e nas bacias. chuva contínua retardava o trabalho e pouco dinheiro, advindo dessa tarefa, demorava mais e mais no tempo. Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida. Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? (EVARISTO, 2007, p. 17)

Conceição Evaristo escreve sobre a memória guardada a partir de uma vivência real, assim como Carolina Maria de Jesus (2005, p.14) narra em “Quarto de despejo: diários de uma Favelada”:

Fui catar papel e permaneci fora de casa uma hora. Quando retornei vi varias pessoas as margens do rio. E que lá estava um senhor inconciente pelo álcool e os homens indolentes da favela lhe vasculhavam os bolsos. Roubaram o dinheiro e rasgaram os documentos (...) É 5 horas. Agora que o Senhor Heitor ligou a luz! E eu, vou lavar as crianças para irem para o leito, porque eu preciso sair. Preciso dinheiro para pagar a luz. Aqui é assim. A gente não gasta luz, mas precisa pagar.

Escrevem sobre seus cotidianos, de mulheres negras, que batem de frente com a fome, com as desigualdades, e encontram a escrita como boia salva-vidas para se salvarem do afogamento das indignações impostamente vividas. “Escrevivência transcreve o *nós* que atravessa o que *nunca serei só eu* e se traduz em linhas” (SANTOS, 2022 p.16) que dão forma a este trabalho. Pautado também na perspectiva do matriarcado, da força matricomunitária, de organização coletiva pela vida do povo preto, como bem diz Katiúscia Ribeiro e Sonia Ribeiro (2020), “modelos de sociedades matriarcais

e comuna embarcaram nas memórias da juventude negra escravizadas, e as bagagens existências depositadas nos seus corpos suportaram todo o massacre e a dor e restabeleceram as forças e assim garantiram o compromisso de reorganizar o trilho civilizacional do povo negro disperso, fora de África.”

Importante em todas as frentes, as mulheres como mães têm desempenhado o papel mais crítico nos movimentos de resistência. O amor da mãe por seu filho, por necessidade, desafia a construção europeia da humanidade rebaixada de seu filho. Este amor é em si a semente da revolução, porque é antitético à crença dominante na superioridade branca. Como pode a mãe Africana acreditar que seu filho é inferior ao filho de seu opressor? Na realidade, ela não faz. As mães devem ser colocadas na História da resistência para que meninas e meninos aprendam seus papéis potenciais como guerreiros na luta Afro diaspórica e da centralidade da família e dos pais para a mudança social (DOVE, 1998, p.19).

A perspectiva teórica deste trabalho dialoga com a análise de Clenora Hudson-Weems (2019), que tece um olhar crítico sobre as teorias do feminismo branco e negro criados a partir das condições sociais das mulheres das sociedades europeizadas, as quais tentam criar soluções dentro do paradigma europeu. Hudson-Weems foge deste padrão e constrói “um paradigma Afrocêntrico que possa abranger o ativismo de todas as mulheres africanas, reconhecidas ou ignoradas, que lutaram para libertar os povos africanos em uma escala global” (DOVE, 1998), o Mulherismo Afrikana. “Centrado na família, partindo do pressuposto que o genocídio da população preta é dado inicialmente pela destruição da família. Este movimento visa à recuperação da raça como um todo” (HUDSON-WEEMS, 2019, p.6).

Minha contribuição nesse sentido, é fazer uso deste lugar de privilégio, a universidade, para trazer as experiências de uma mãe, que luta pelo fortalecimento e pela centralidade de sua família, uma mãe que olhou para seus filhos e viu neles a esperança de vida melhor. Experiências estas sintetizadas e consolidadas na escrita de mulheres negras!

Creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados a meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite (EVARISTO, 2007, p. 17).

“A contribuição feminina nos territórios tradicionais estabelece a condição de estar em igualdade de direitos. O matriarcado e a matrilinearidade assumem a condição de respeito, vida e autossustentabilidade, retroalimentando o poder sagrado, social e comunitário como instrumento

para um *Devir negro*. Uma reconstrução gestada por mulheres a fim de gestar a potência e sobrevivência de um povo: O Negro” (RIBEIRO, 2020).

Fecho os olhos que vêem o presente, para abrir os que enxergam a memória e me vejo sentada na cozinha do Pau Preto, recebendo das mãos pretas de minha mãe um prato de escaldado de leite. Leite recém-chegado do nosso pequeno curral. Era o meu café da manhã preferido! Enquanto isso, os outros irmãos e irmãs se arrumam para iniciar a jornada de trabalho árduo no campo. Esta é a lembrança mais antiga que tenho de minha infância. Esta infância que sempre teve muito cheiro, muito sabor, muito gosto, dificuldades, superações e reinvenções.

Tenho aprendido muito sobre esse legado com Mestras Sônia Ribeiro e sua filha, Katiuscia Ribeiro, lendo-as, assistindo-as, ouvindo-as. Em uma de suas escritas elas afirmam que “o sequestro do Atlântico trouxe nos barcos do deslocamento, filosofias e ciências capazes de reestruturar e realocar os descendentes de África dispersos pela escravização. Esses saberes teóricos e práticos recriaram nos territórios negros representações materiais e simbólicas que permitiu o resguardo de capitais científicos, culturais, ambientais e filosóficos que resistem às violações e as violências impetadas ao povo negro”. É a esta busca, por estes saberes teóricos e práticos que levam à nossa autonomia, que me desafio!

E quando falo sobre autonomia, a escritora Neusa Santos (1983, p.17), em sua belíssima obra “Tornar-se Negro”, nos diz que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade”.

Em uma conversa com Sônia Ribeiro sobre este trabalho ela, mergulhada em toda sua humildade, sabedoria e força de filha de Oyá, me disse “minha irmã nosso povo é muito potente, a nossa sabedoria perpassa gerações, mesmo com tanta dor e sofrimento. Procure encontrar na trajetória da sua mãe, da sua família, do seu quilombo as heranças africanas. Este legado está lá, precisamos evidenciá-lo.” Quando Sônia me diz isso, o pensamento que aflora é uma memória, a de minha mãe lavando nossa cabeça com chá de manjerição para evitar gripe, colocando a farinha escaldada com água e azeite de oliva nos furúnculos para cicatrizá-los e muitas outras memórias de cuidados, baseadas em conhecimentos tradicionais desde os tempos mais longínquos.

Lidar com as memórias no contexto acadêmico é desafiador, pois como diz a educadora Vanda Machado (2013, p.19) “escrever sobre experiências e vivências que se realizaram sem o propósito de se tornar uma pesquisa requer uma redobrada atenção”. Na condição de “sujeito pensante e dotada da capacidade de construção e sistematização do conhecimento (DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA, 2020)”, escrevo na primeira pessoa, fazendo uso de minha própria história de vida para exercitar a reflexão e a produção do saber. Escrevo na primeira pessoa, assumindo o meu papel na construção do conhecimento a partir da minha trajetória. Me autorizo a enfrentar a falsa imparciali-

dade acadêmica, visto que toda escrita tem um lado. E aqui eu faço parte dos resultados deste trabalho que não é só meu.

E sabendo-me negra, como diz Neusa Santos (1983), vivi a experiência de ter sido massacrada em minha identidade, confundida em minhas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Esta experiência fez comprometer-me com o resgate da história de meu povo e com a recriação de nossas potencialidades.

Me apoio e me fortaleço em muitas mulheres, escritoras, mestras, ancestrais, Mametu's, educadoras, que viveram e estão vivas e, de algum modo me ensinaram a necessidade de contarmos nossas histórias a partir de nossos olhares e não pelo olhar de quem escravizou nossos corpos, mas não conseguiu escravizar nossas mentes. Como afirma a incrível Ana Rita Santiago (2020), “a escrita, na condição de mulher negra, é um verdadeiro dessilenciamento de nossas vozes”. Aqui a gente não fala somente sobre dor, mas também de cura e da possibilidade de outras narrativas. Aqui rompemos com a centralidade das vozes que representam o todo e assim trazemos outros apontamentos, saberes, lugares, fazeres (SANTOS, 2022.)

Indo contra o propósito do epistemicídio, que, segundo Katiúscia Ribeiro (2013, p.7), “tenta frear qualquer tentativa de rompimento com as estruturas desiguais e exploratórias, as quais o povo negro sofre e as sociedades ocidentais reforçam. A negação do saber aos sujeitos africanos busca impedir que eles escrevam ou reescrevam suas próprias histórias, inibindo suas capacidades criativas e resilientes”. Nós mulheres negras conquistamos espaços com muita luta, mas precisamos ainda forçar muitas passagens e portas (EVARISTO, 2016). Assim, esse trabalho nasce na dinâmica da vivência, da “escrevivência”, do compromisso com a vida, tanto a minha, como a de meus outros.

Durante o processo de maturação, na banca de qualificação, com um material ainda carente de lapidação, com ensaios-contos do que seria meu trabalho final, uma das professoras da banca perguntou por que minhas memórias são tão felizes, sempre tão alegres. Esta pergunta ressoou profundo no meu pensar. Penso que minhas memórias são o roteiro da minha história e é a elas que eu recorro sempre que preciso me recordar quem eu sou.

Te convido agora a caminhar comigo, por entre trajetórias, memórias e os inúmeros ensinamentos acessados neste processo de escrita e no modo de ser e estar no mundo.

2. QUERENÇA DESCEU O MORRO RECORDANDO A HISTÓRIA DE SUA FAMÍLIA, DE SEU POVO



Fotografia 06: Encontro de família na comunidade Pau Preto, Riacho de Santana-BA.

Fonte: Arquivo Pessoal, (1987).

*Porque mesmo que queimem a escrita
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.*

Nego Bispo

Na introdução do livro *Olhos d'água* de Conceição Evaristo (2016, p. 13), Jurema Werneck destaca algumas facetas que mulheres negras assumem para estar no mundo: “Pode-se ver a mulher que nada, buscando novas formas de surfar na correnteza. Pode-se ver a que é derrotada expurgada, a que inventa jeitos de sobrevivência, para si, para família, para comunidade, mas, se prestar um pouco mais de atenção vai ver muitas outras. É assim que nós, mulheres negras, buscamos maneiras de ser no mundo, de contar o mundo como forma de nos apropriarmos dele e de nomeá-lo”. Assim, escolhi contar parte da história de minha família e, buscando o fortalecimento de nossa identidade e nossa memória, "memorar" nossa relação com o campo, com a terra e a criação de laços entre nós para resistir e educar-se neste lugar.

Minha primeira proposta de projeto para o mestrado foi realizar o levantamento das práticas agroecológicas realizadas nos quilombos que faço parte: Mari e Cedro, localizados no município de Palmas de Monte Alto - BA. Seria um trabalho de pesquisa com as duas associações das comunida-

des, visto que o associativismo se constitui um importante instrumento coletivo de acesso a políticas direcionadas às comunidades quilombolas voltados para gestão dos seus territórios.

Optei por mudar os sujeitos de minha pesquisa em decorrência de algumas situações. Por estarmos em um contexto de pandemia e quarentena na época, o contato com as pessoas que seriam os(as) entrevistados(as) se tornaria inviável pois parte deles(as) eram pessoas idosas e, por isso, fazem parte do grupo de risco. E dessa forma, trarei outra vertente para tratar da organização social, a partir da vivência de uma mulher negra quilombola que forjou a sua luta na sua comunidade.

Além disso, o sopro dos ventos de Matamba trouxeram aos meus ouvidos e ao meu coração um projeto que há tempos venho pensando em colocar em prática: o de escrever um livro sobre a trajetória de minha família, destacando o protagonismo de minha mãe, uma mulher preta quilombola, os desafios e superações para criar seus filhos na zona rural do semiárido, com todas as contradições sociais impostas a este local. Decidi então escutar os ensinamentos que a espiritualidade deu e optei por continuar este processo, que não se findará neste mestrado.

A fotografia que ilustra este capítulo é de um encontro de família, nela estão presentes meus pais, irmãos, primos e tios em frente a nossa casa no povoado Pau Preto, do lado esquerdo, encontra-se nossa casa de farinha, lugar de muitas memórias e por isso, muita história também.

Sistematizar o modo de vida de uma família quilombola, por meio da escrita de mulher negra escrevendo, é uma forma de fortalecer nossa própria identidade, contar nossa própria história e elucidar os processos educativos realizados pela e para população local, sujeitos à margem da sociedade, que, muitas vezes não vêem sua realidade enquanto agricultores ser valorizada, ou sua história ser contada nos meios midiáticos, muito menos na escola que frequentam, fora da comunidade.

O local de análise deste trabalho possibilita um olhar reflexivo sobre a realidade de uma família quilombola baiana no semiárido nordestino, a partir dos modos exercidos pelas mulheres negras quilombolas na construção de si. Região com características muito específicas, interpretações estereotipadas a partir de olhares externos, o Nordeste foi criado, segundo De Albuquerque Junior (2021), no século XX em resposta às várias questões que o país enfrentava, dentre elas, a seca e a existência do Cangaço. Utilizando acontecimentos como estes, representantes políticos passaram a extorquir recursos de forma mais eficiente do Estado, além de intensificar a atuação do aparelho repressivo contra as forças populares que lutavam e lutam contra as desigualdades sofridas. Por ser uma invenção recente na história brasileira, o Nordeste não pode jamais ser estudado sem que se leve em conta essa historicidade. Nessa região é onde ocorre também a perpetuação dos processos excludentes no contexto da questão agrária, onde, por meio do aparato do Estado, a todo momento comunidades perdem o direito de uso de seus territórios.

Para Fernandes (2004b, p. 2), a questão agrária não se resume aos conflitos por terra, mas o próprio processo de “conflitualidade” é alimentado pelas contradições e desigualdades históricas que paradoxalmente promove, “a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais”, que formam diferentes organizações sociais na resistência pela imposição

de modelos de desenvolvimento “territorial” rural. Portanto, a questão agrária está no nosso cotidiano há séculos que, conforme Fernandes (2004b, p. 4), se descortina no dia a dia do presente, “está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto”.

Esse contexto perpassa a minha realidade, de uma família quilombola no semiárido baiano, que resistiu aos conflitos agrários e às exclusões preconizadas por modelos de desenvolvimento hierárquicos de manutenção de um sistema herdado colonialista. Para tanto, a construção metodológica deste trabalho consistirá também nas narrativas biográficas, levando em consideração a história oral, seguindo a episteme de **mulheres negras quilombolas**, como eu e minha mãe, para pensarmos, por meio de nossa memória, como a educação que tivemos dialoga com a **Educação do Campo** e a **Agroecologia** em que a **Questão Agrária** é fundante para essas duas categorias.

Nesse sentido, Correa e Guiraud (2009, p. 677) contribui afirmando que “a história oral surgiu para valorizar as memórias de indivíduos, resgatando a tradição oral e buscando a variante de experiências vividas por atores sociais que a história tradicional deixou à margem”. Portanto, são vivências e reflexões que “o campo é lugar de vida... O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas, é no campo que estão as florestas, onde vivem diversas nações” (FERNANDES, 2004a, p. 137).

As mesmas autoras ainda destacam que a história de vida, ou dos depoimentos orais, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade, recuperando experiências de vida obtidas que, ao focalizar lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória de um grupo social, de um sujeito na pesquisa, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas.

Tais procedimentos de aproximação e coleta de dados também se baseiam na etnografia: que ocorre por meio da “observação direta e contato prolongado com os sujeitos, o que possibilita uma tentativa de interpretação de suas formas de organização, representação, construção de identidades e experiências culturais” (GIRARD JR, 2000).

Como produto deste mestrado, foi produzido um memorial que discorre sobre a trajetória da minha família, seu modo de vida, as práticas agroecológicas desenvolvidas por esta, os processos de luta para acesso à educação e as estratégias de autonomia frente ao projeto de esvaziamento do campo proposto pelo agronegócio. Trago aqui o modo de vida que foi estabelecido a partir das relações fundamentais com a terra na condição de existência, com singularidade e significados de um mundo rural da agricultura familiar. Para Velloso (2013), a agricultura familiar, diferente do agronegócio, enquanto modo de vida familiar se caracteriza por garantir a geração de trabalho, emprego e renda do campo que contribui para o abastecimento interno de alimentos no contexto da segurança alimentar e nutricional.

Fernandes (2005) constata que existem desafios estruturais no campo brasileiro, em que a agricultura familiar é outro território a parte do agronegócio, capaz de expressar a identidade políti-

ca em disputa enquanto paradigma da Questão Agrária. Essa disputa se vincula na luta por transformação das relações conservadoras que foram impostas aos povos do campo, ao modo de vida familiar, com acesso aos direitos.

Fernandes e Molina (2004, p. 4) confirmam a complexidade do campo no nosso país, “porque somente situa interesses no interesse do capital econômico. O que excluiu não existe na modernidade: a lógica do mundo rural, saberes e práticas alternativas. Trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque o paradigma não entende o campo como território de vida”. Essa é a nossa história de lutas de existência. É nesse contexto que esse trabalho surge, com a “voz” e a “escrita” de trajetórias delineadas em uma trajetória de negações, mas de afirmações. Pois, como bem disse Emília Viotti da Costa, "Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado."

2.1 PROFUNDO VER O PESO DO MUNDO NAS COSTAS DE UMA MULHER



Fotografia 07: Batizado do irmão José Roberto em São Paulo. Nossa mãe e seu pai (nosso avô Galdino).

Fonte: Arquivo Pessoal (1983)

*Nossas mãos ainda encaixam certo
Peço um anjo que me acompanhe
Em tudo eu via a voz de minha mãe
Em tudo eu via nós
A sós nesse mundo incerto
Peço um anjo que me acompanhe
Em tudo eu via a voz de minha mãe
Em tudo eu via nós.
Mãe, Emicida*

Desde a primeira vez que ouvi a música *Mãe* do rapper Emicida me emocionei profundamente. Sempre que eu me deparo com as incertezas do mundo, me lembro da mulher que me deu a vida, e lembro do quanto ela luta, ao modo dela, para nos ver vencer. E esta vitória consiste em nossos estudos, consiste no poder da escolha, escolher ter a mesma vida que ela ou outra vida menos dura. E este capítulo é sobre ela, esta que na fotografia acima apreço de vestido, olhar sério, com seu filho no colo e ao lado de seu pai, caboclo alto, olhar de flecha, homem bravo. Não tive a oportunidade de conhecer nenhum de meus avós, nem maternos, nem paternos. O que sei sobre eles foi o que me contaram a partir da oralidade dos meus pais, tios, tias, primos e irmãos mais velhos. Esta foto é o único registro que possuímos de um de nossos avós, porém, suas histórias de vidas ainda permanecem ativas em nossas vozes e em nossa família.

Antes de falecer, Gerolina Mendes frutificou, deixou no mundo seu marido Galdino Gomes das Neves e sua semente, Ivanda Mendes das Neves, com apenas dois anos. Não sabemos o motivo de sua morte, uns dizem que foi uma melancia quente que ela chupou na roça. Depois da sua morte, Galdino se mudou com Ivanda para Rio Ivaí, Paraná, para morar com sua mãe Maria e todos da família que tinham migrado para lá devido à seca. A *seca da cabeça*, afugentou muitos dos nossos, se conhecêssemos melhor este fenômeno que tornou-se erroneamente um inimigo, tantos não teriam fugido.

Em Rio Ivaí continuaram na labuta com a terra, tudo que plantavam, colhiam, era uma região rica de chuva. Às vezes perdiam muitos alimentos por não terem onde comercializar. Ficaram neste abundante lugar por quatro anos. Para cuidar da terra e do pouco gado que tinham deixado para trás, Maria, seus filhos Joaquim, Galdino, Fulugêncio, Angélica, Conceição e sua neta Ivanda voltaram para o Mari.

Mari é o fruto do marizeiro, uma árvore de grande porte adaptada às condições de matas ciliares do semiárido. Ao cair nas águas, o mari libera aroma agradável. O quilombo Mari possui o referido nome devido ao intenso cheiro dos frutos do marizeiro, identificado pelas mulheres ao irem pegar água no rio Barra, próximo da comunidade.

Eram consideradas as “*terras do Mari*” desde as margens deste rio, até as terras de Dr. Valdemar, um latifundiário da região. Esse era o território onde a comunidade Mari firmou suas raízes e cresceu. Um território com mais de um século de existência, banhado por um rio, de mata densa, mesmo sendo caatinga, de terras férteis, denominadas *terras da mata* e de um povo descendente de africanos com muita força e vontade de trabalhar.

As terras eram de uso coletivo, não havia demarcação, as pessoas abriam suas roças onde queriam. E cultivavam feijão de corda, milho, algodão e mamona em sistema de sequeiro, por aproximadamente três anos. Depois desse período, geralmente, mudavam-se para outra área a fim de restabelecer a fertilidade do solo através do pousio. Os animais eram criados soltos, até naquele momento não sabiam o que eram as cercas.

Após alguns anos, o viúvo Galdino se casou novamente com Bernadina, que também faleceu, deixando dois filhos, João e Iraci. Para estas duas crianças, de dois anos e outra com seis meses, Ivanda se tornou a representação da figura materna. Aos onze anos, “*moça de onde cê tirava força?*”, (*Emicida, Mãe*).

Era *irmãe*, filha, trabalhadora... amadureceu muito cedo. Era tudo, menos a criança que deveria ser para a idade que tinha. Isso me faz compreender o seu gostar de bonecas aos sessenta e nove anos, sei que dentro daquele peito ainda existe uma infância pouco vivida.

A falsa ilusão de que o casamento seria a porta de saída daquela dura vida dedicada aos cuidados de outros e ao trabalho intenso fez com que ela, aos dezesseis anos, se casasse com Alvino Pereira Paulo. Se casaram e passaram a morar na casa de Galdino enquanto tiveram os quatro primeiros filhos, Aginaldo (Guina), Manoel Aparecido (Cido), Maria e Elizabete.

A vida continuava dura, morar com a família dentro da casa do pai não era fácil! Seu pai tinha pouco afeto com seus netos, principalmente depois que estes passavam dos cinco anos. E passou a ter menos ainda com sua filha.

Em 1976, com a justificativa de que precisava cuidar dos pais, Alvino decidiu se mudar com sua nova família. Saíram do quilombo Mari, município de Palmas de Monte Alto - BA, uma comunidade às margens do Rio Barra (um braço do rio São Francisco), onde Ivanda morava desde sempre com seu pai e irmãos, para morar no povoado, Pau Preto, localizado no município de Riacho de Santana - BA, numa região conhecida por Baixio.

Ivanda foi deixando ali no quilombo Mari, o seu coração. Aos solavancos do carro de boi, a imagem do seu pai e seus irmãos foram sendo umedecida pelas lágrimas que caíam dos seus olhos enquanto os deixava para trás. Nunca tinha saído de sua terra, de dentro dos brutos laços de seu pai. Mesmo sendo casada, ainda era uma menina, criada com poucas referências maternas. As duas mulheres que te repassaram os saberes que uma mulher precisava ter para aquela época, foram sua avó materna, Maria Gomes das Neves e sua tia Conceição Gomes das Neves. A primeira, era quem dava-lhes os conselhos para vida e Conceição foi quem lhe ensinou a cuidar dos filhos, marcar, fiar, costurar e a saber exercer os demais dotes domésticos. Assim, “a família se configura enquanto a primeira instituição de desenvolvimento social” (DOVE, 1998, p.20).

Em Pau Preto, ficavam as terras da família de Alvino, herdadas de seu pai. É uma área extensa, de muita mata, poucos corpos d’água. O ano de 1976 foi marcado por uma grande seca na região, doze meses sem a ocorrência de nenhuma precipitação. Tanto que, no fim do ano de 1975 foi plantado o mantimento e este ficou guardado até final do ano de 1976, quando as chuvas voltaram e encontraram a semente intacta dentro da terra e a fez germinar. Andavam mais de trinta quilômetros em carros de bois à procura de água para beber e labutar em casa. Até aqui a luta era para matar a sede de água, das gentes e das criações.

Na ausência de informações quanto aos métodos contraceptivos, Ivanda-semente, germinou, tornou-se planta, virou árvore e frutificou várias vezes à base das severas intempéries que a vida continuava lhe permitindo experimentar. Alguns destes frutos foram dela arrancados, uns pelo destino outros pela falta de acesso a direitos básicos como saúde e informação.

*Partos dolorosos e doloridos,
vingados e perdidos
na imensidão do maternar
hemorragias sangradas e contidas
Saudades de muitas vidas
que um dia chegou a amar*

*Feridas abertas que criaram cascas
mas não cicatrizaram-se
Eterna dor enquanto vida
É a perda de duas filhas
Que em seu ventre gestaram-se*

*Maria cresceu e viveu
Enquanto estava na barriga
Nasceu, foi batizada
Bem curto seu tempo de vida
Ainda tão pequenina
Foi a primeira menina
A nascer na família*

*Aos nove meses Elizabete
Despediu-se deste mundo
Foi a segunda menina
Daquele ventre fecundo
De uma pneumonia
A pequena sementinha
Dormiu o eterno sono profundo*

*Manoel Aparecido
Aos vinte poucos anos se foi
Com problemas cardíacos
Viajou para São Paulo e não mais se recompôs
Os esforços do machado e do carvão
Esgotou o jovem coração
Que não retornou depois*

*Sua alegria contagiante
Deixou de existir
Era o melhor amigo da mãe
Aquele que sempre a fazia sorrir
Era nosso pai, irmão, conselheiro
Sempre feliz, coletivo e parceiro
Mas seu destino fez-se cumprir*

Hegair Neves

Aguinaldo (Guina), Elizabete, Manoel Aparecido (Cido), Maria, Advaldo (Deva), Eva Sandra, José Roberto (Beto), Adão (Dão), Rosilene (Rose) e eu, Hegair. Nesta ordem nasceram os filhos-frutos de Ivanda e Alvino, vindos ao mundo pelas mãos e cuidados de experientes parteiras da comunidade, exceto Hegair, a caçula, primeira de todos os filhos e filhas a nascer em um hospital no ano de 1993. Minha mãe foi informada, por médicos que vinham na comunidade de tempos em tempos, sobre a necessidade de fazer o parto em um hospital, pois aquela era uma gravidez de risco aos 42 anos.

Desde antes de minha concepção, minha mãe viu que era possível escolher não ter filhos e ela queria muito *ligar*. Este termo é bastante usado em nossa região e significa operar para não ter filhos. Entretanto, para realizar o procedimento cirúrgico era obrigatório o consentimento-autorização do marido. E naquela ocasião meu pai, Alvino, não consentiu. Depois de seis meses de meu nascimento ela descobriu que em outro município não era necessário o marido decidir sobre o corpo das mulheres e *ligou*.

Minha mãe teve uma forte hemorragia pós-parto, aliada ao incessante nascer de perebas em suas pernas desde o período da gestação. O corpo daquela mulher-mãe-preta é um corpo que pulsa as mais diversas dores do ser. A dor do parto, do cansaço, das feridas, das decepções da vida, vidas estas que com um mínimo de acesso à serviços básicos de saúde, poderiam ainda estar em curso. Nos *Becos da memória*, de Conceição Evaristo (2017, p. 20), “a dor sempre bate no coração da gente. Cada dor cai como uma pedra no peito. Pedras pontiagudas, e foram tantas! a dor dói fina, firme. E são tantas pedradas. Tantas!”

Reverenciando esses corpos que passaram e passam por este pulsar de dores, e ainda assim seguem resistindo e existindo, mais uma vez cito a música *Mãe*, do rapper Emicida:

*Luta diária, fio da navalha. Marcas? Várias
Senzalas, cesáreas, cicatrizes
Estrias, varizes, crises
Pra nós punk é quem amamenta, enquanto enfrenta a guerra
Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante.*

Emicida, Mãe

E vivendo enfrentando essa guerra pouco macia, minha mãe seguiu na lida do ser mãe, mulher, dona de casa, agricultora e tantas outras atribuições que lhe apareciam. Mas trazia consigo o sentimento de que a vida dos seus filhos e filhas não deveria ser tão árdua quanto a sua. Ali, ela lia a sua realidade. E “quando o sujeito sabe ler o que está escrito e o que não está, dá um passo muito importante para sua libertação”, como bem diz Conceição Evaristo (2016, p. 146).

*Quando nós falamos tagarelando
E escrevemos mal ortografado
Quando nós cantamos desafinando
E dançamos descompassado*

*Quando nós pintamos borrando
E desenhamos enviesado
Não é por que estamos errando
É porque não fomos colonizados.*

Nego Bispo

E não fomos colonizados porque, dentre outras coisas, utilizamos o acesso à educação para mudar o presente e o futuro que o estado colonial racista e machista almeja para as famílias pretas do campo: a destruição, o afastamento de nossas raízes e identidade, a nossa falta de pertença enquanto povo, o afastamento de nossas memórias e conseqüentemente de nossa história.

A população negra, negando a visão da escravização dócil e passiva, participa como elemento primordial na criação de estratégias de rebeldia e confronto a instituição. Nesse contexto, as ações executadas pelas mulheres negras correspondem à negação do modo de produção escravista e a conseqüente oposição ao mando dos senhores proprietários (CISNE; IANEL, 2022, p. 197).

Dialogando com essas autoras, diante da história dessas mulheres, mesmo cercadas de incertezas, é capaz de evidenciar a insubmissão como uma prática que esteve sempre presente no cotidiano das escravizadas, para manifestar o inconformismo às condições de vida e exploração impostas pela escravização.

E aprender a ler e escrever a língua do colonizador, é também um ato de insubmissão, pois não deixamos de praticar nossos saberes e princípios herdados de África, os quais a colonização não conseguiu apagar, a exemplo do matriarcado. Minha família é matriarcal, e segundo Nah Dove (1998, p.8), nessa estrutura social africana – o matriarcado, a mulher e o homem trabalham juntos em todas as áreas de organização social. A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social.

Importante contribuições nos dá Nah Dove (1998, p.9), afirmando que os valores dessa natureza têm sido fundamentais para a sobrevivência dos povos Africanos durante o prolongado e contínuo holocausto. Africano é usado para descrever aquelas mulheres, homens e crianças que são pessoas Africanas continentais ou membros da diáspora que vivam nas sociedades europeias ou europeizadas fora do continente. Este termo reconhece a especificidade cultural e experiencial de um povo diversificado.

A maternidade, portanto, descreve a natureza das responsabilidades comunitárias envolvidas na criação dos filhos e no cuidar dos outros. No entanto, embora o papel da mulher e dos cuidados maternos no processo de reprodução sejam fundamentais para a continuação de qualquer sociedade e cultura, em uma sociedade patriarcal como as europeias, este papel não é atribuído com o valor que ele traz em uma sociedade matriarcal. Há inúmeras histórias de bravura das mulheres Africanas, e a maioria nunca tem sido referida. A reconstrução de história é importante para a compreensão e

definição da identidade cultural Africana fora dos paradigmas europeus construídos por homens e mulheres brancos. A bravura dessas mulheres tem alimentado na gênese dos movimentos Panafricanistas e Nacionalistas Negros, reconhecida ou não (DOVE, 1998, p. 19). Tenho minha mãe, minhas irmãs, tias e muitas outras como essas mulheres de bravura.

No livro *Águas de Barrelas*, da incrível escritora, Eliana Alves Cruz (2018, p. 52), há um trecho que diz: “a rainha é a peça mais poderosa num jogo de xadrez. Ela é a única que se move em todas as direções e deve ficar na casa de sua própria cor”. Adoro xadrez, e esta passagem fez todo sentido para mim. Minha mãe se tornou essa peça em nossos caminhos, a rainha, aquela que movimentou o jogo das possibilidades, aquela que deu oportunidade para sermos *peões* pensantes no jogo das classes, à base de muitas jogadas. Sei que nesta luta por direitos, não só minha mãe que esteve no fronte, muitas mulheres e homens deram sua importante contribuição para que vivamos o que estamos vivendo hoje.

2.2 INFÂNCIA NA CHUVA



Fotografia 08: Cuidando de brincar com as ovelhas

Fonte: Arquivo Pessoal (1995)

Sertanidades

*Chegou chuva no sertão
Por aqui tudo se alegra
Gente, planta, bichos e astros
A um sentimento se entregam
É uma mistura de felicidade
Vitória e animosidade
Ao ver o pingo de chuva fecundar a terra*

*Os cantos dos pássaros anunciam
A fartura esperada
Mesmo não vendo o verde
Já enxergamos paisagem modificada
A chuva desperta os sentidos
Fazendo com que o olfato adormecido
Sinta o cheiro da terra molhada*

*A vista projeta o que o olho não vê
O nariz sente o que o solo expulsa
A pele se arrepia ao perceber
Que Novembro chega com chuva
Os ancestrais reconhecem
Que este Sertão que padece
É terra de gente que luta.*

Hegair Neves

Eu sempre amei a chuva, toda alegria, cores, fartura e bonança que ela traz consigo. Enquanto estudava longe de casa, durante uma ligação, minha mãe havia dito que as chuvas começaram a cair em nossa terra. Fechei os olhos, senti-me chuva para diminuir a saudade que estava sentindo e desaguei esse cordel.

No sertão todo mundo passa o ano inteiro preparando para chegada desse lindo fenômeno da natureza. Os pássaros recolhem os galhos secos e o barro dos tanques quase vazios para fazerem seus ninhos, ficarem bem aquecidos e protegidos no período chuvoso. As árvores daqui abandonam

suas folhas amareladas para que, no solo, decomponham e se tornem vida novamente. Assim que as plantas sentem a chegada da chuva elas se preparam para transformar seu pousio cinza em vivos tons de verdes vibrantes e exuberantes, em belas flores e frutos coloridos que fazem meus olhos brilharem e minha boca encher-se de água.

O caminho da roça nessa época se torna literalmente mais gostoso! Aquelas frondosas quixabeiras na beira da estrada eram nossos pontos de paradas para o descanso, com quixabas pretinhas e brilhosas iguais meus olhos, me faziam lembrar das jabuticabas vistas pela primeira vez na televisão da vizinha. Pela estrada, minha vista andava ávida pelo chão à procura dos pés de *melancias da praia* entre a diversidade de plantas rasteiras. Roxinhas, rajadas e doces, eram verdadeiros achados que saboreávamos com muito bom gosto.

Os frutos de juá, tão amarelinhos, substituíam as pedras do estilingue e serviam de lanche durante as caçadas aos pássaros. Quase sempre a caça era escassa, pois o objetivo era mesmo a diversão, mas quando encontrávamos uma pomba ou codorna sabíamos que a janta seria especial. Durante as caçadas, sem nenhuma dificuldade, procurávamos também por resina de jurema. Grudada no dente, aquele sabor intenso e doce ia se dissipando enquanto procurávamos o caminho da roça mata adentro.

O umbu sempre foi um fruto muito amado e apreciado por todos nós, crianças e adultos, menos por minha mãe que tinham os dentes extremamente sensíveis. Por amor a esse sabor e a toda fartura e alegria que esta planta nos dava, aprendemos a memorizar a época certa de colheita e a dar “nomes” a cada pé de umbu que conhecíamos. “Aquele cabeludinho é cedeiro, já deve estar alisando e o umbu dele é doce e carnudo...” “Aquele da Mata ainda está na figa, vai demorar para cair!” “O da roça da frente é grande. Já está caindo, mas é azedo que só!” Saíamos com baldes, sacolas, sacos cheios e muitas histórias para contar durante a procura do pé de umbu mais carregado e doce. Ainda hoje esta é uma prática presente em nosso cotidiano, e a colheita do umbu se constitui enquanto alternativa de renda.



Fotografia 09: Colheita de umbu para beneficiamento

Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Nos dávamos por satisfeitas quando os recipientes estavam cheios e os dentes tão *desbotados* que mal conseguíamos abrir a boca contra o vento em virtude da sensibilidade que a fruta promove quando consumida em excesso. Enquanto a natureza se preparava, à sua maneira para a chegada da chuva, nós humanos arrumávamos também nosso jeito.

Durante a estiagem preparamos a terra, fazemos a destoca do roçado, o aceiro da cerca, organizamos as sementes a serem cultivadas, manejamos as pastagens e os animais. Me lembro fielmente do leva e traz do gado nessas épocas. Deixamos os bovinos no pasto formado durante a fase seca do ano, comendo capim da reserva. Quando a chuva bate na terra, os vaqueiros juntam o gado para a longa viagem até o Pau Preto, onde tem capim nativo. Os bezerros novos vão à carroça pois não aguentam a jornada. Um vaqueiro segue na frente aboiando a boiada descarnada e outros dois vão atrás contendo as vacas famintas que, volta e meia, fogem do percurso para aproveitar o pasto da estrada. Mãe até hoje diz que “leite de vaca que come capim nativo da *várzea do buraco* do Pau Preto, que é leite bom. Grosso, gostoso! Saboroso, assim como a carne.” São tantas memórias vivas que o cheiro da chuva faz aflorar...

Castro (1992) faz uma interessante análise sobre a visão que se criou do sertão, historicamente foi construída a imagem de *sofrimento* e de *atraso* de uma região *inóspita*, em que a estiagem sempre foi colocada/ construída como “causa” das históricas desigualdades sociais e econômicas. Na verdade, estas desigualdades *montaram* num fenômeno natural que é a seca, e continuam galopando nela, usando-as como justificativa para as condições de precariedade que minha família e tantas outras foram e estão submetidas no campo. Ao mesmo tempo, os povos originários e qui-

lombolas (tradicionais) lutam pelas condições de reprodução e produção de vida, pois é no semiárido que a vida pulsa, e é lá que o povo resiste e o sertão é muito mais que a estiagem!

É nesta condição que me vem na mente o areião das baixadas, fofo e solto. Era onde fazíamos os fornhos utilizando nossos pequenos pés redondos, como fôrma, simulando os grandes fornos de carvão que tínhamos na roça e garantia parte da renda de nossa família. Desde que nasci, a queima de madeira para carvão já era uma prática muito comum em nossa região, um local de caatinga alta, grandes árvores de angico, aroeira, pau d'arco, baraúna, muita madeira de lei.

Minha mãe conta que a primeira casa que tivemos, na comunidade Pau Preto, foi fruto de trabalho intenso, de muito açoite de machado em madeira, de muito vai e vem de *banguê* (uma espécie de maca feita de sacos e varões de madeira, utilizado para retirar o carvão do forno), foram muitos metros do *ouro preto* carregados por nós para compor as cargas fechadas dos caminhões. Por aqui, até hoje a carvoaria é um dos principais responsáveis pelo desmatamento de nossa *mata branca*. O carvão se tornou a alternativa de renda para população local durante os meses de estiagem.

Em 1996, foi montada uma carvoaria em nossa propriedade, eram vários fornos, a atividade ficava a cargo de meus irmãos mais velhos, Guina e Cido, sob regência de nosso pai. Eles tiravam madeira durante o dia, enchiam os fornos e davam ponto no carvão a noite. Meu irmão Guina contraiu uma forte irritação nos olhos por conta do excesso de fumaça causada pela atividade. Foi para São Paulo a fim de tratá-la. Foi uma viagem tão longa, que dura até hoje. O esforço exercido pela profissão, certa vez, fez Cido desmaiar dentro de um dos fornos enquanto o enchia de madeira, ali seu coração já dava sinal de fraqueza. Ele também foi para São Paulo procurar tratamento, e enquanto aguardava para realização de alguns exames pelo Sistema Único de Saúde, trabalhou como ajudante de pedreiro na construção civil. Durante a atividade caiu sobre a areia que descarregava e não voltou mais para nossos braços.

Perdemos parentes, agredimos a agrobiodiversidade, poluímos o ar que respiramos, queimamos a terra onde plantamos, assistimos e somos protagonistas da nossa própria destruição. Penso no quanto fomos nos distanciando da natureza e nos aproximando dela enquanto recurso natural, não percebemos que somos parte dela, como canta o contramestre de capoeira Barata, “*Arvore que é cortada, observa com tristeza que o cabo do machado que lhe corta é de madeira*”

No século XX, com a industrialização brasileira, a demanda de produção do carvão vegetal aumentou consideravelmente. Fonte de energia na produção de ferro e aço, o carvão vegetal também é utilizado como termo redutor na fusão dos minerais, ou seja, como combustível para a redução do minério de ferro (EVANGELISTA; DIAS, 2021, p. 85). Atualmente, vivemos em nossa região, um intenso desequilíbrio dos ecossistemas: extensas áreas de mata virgens e em estágio secundário foram e estão sendo devastadas para carvoaria e cultivadas com monocultivo de pastagem para criação de gado bovino, houve uma redução significativa das culturas de policultivos, como melancia, sorgo, feijão de corda, milho crioulo, maxixe, abóbora, gergelim, andu. As mudanças cli-

máticas, resultado do modo de vida autodestrutivo ditado pelos países des-envolvido, ou seja, sem envolvimento com o meio onde vive, tem proporcionado a perda de muitas lavouras.

As poucas famílias que ainda cultivam e criam de maneira artesanal, são bombardeadas pelas sementes transgênicas, pelas superpopulações de insetos e doenças, que passaram a ser um problema pois não encontram mais a biodiversidade que precisam para permanecer na natureza sem gerar danos significativos às lavouras.

Tínhamos um carro de boi, este da imagem abaixo, utilizado para carregar água e madeira de encher os fornos de carvão, era também o meio de transporte que utilizávamos para ir à feira aos domingos.



Fotografia 10: Advaldo guiando os bois, com carro carregado de água para abastecer nossa casa em Pau Preto.

Fonte: Arquivo Pessoal (1999)

Tínhamos também um carro de bode, que era a versão reduzida do carro de boi e para carregar lenha e principalmente nosso divertimento. Amansar os bodes, apostar corridas, sentir aquela intensa adrenalina quando os animais disparavam e não conseguíamos controlar é impossível de descrever.

Pegar água na fonte era sempre uma aventura nova! Nossa fonte era um poço a menos de dois quilômetros de casa. Era preciso estarmos sempre preparados e prevenidos com um pedaço de pau, que toda vez era deixado para trás na hora da carreira dada pela vaca *pegadeira* que estava recém parida na roça, ou pela cobra jaracuçu do tanque que era encrocada com a gente e sempre aparecia quando estávamos em sua morada ou ainda pelos marimbondos que derrubávamos para comer o mel. Na hora do furdunço, tudo isso fazia muito medo, mas segundos após estarmos “seguros” a risada era dobrada, pois no outro dia sabíamos que a curtição já seria outra.

Eu, meus irmãos e irmãs passávamos o ano todo juntando os ossos das juntas dos pés de porcos e de bois que comíamos para transformá-los em rebanhos para nossos cercados feitos com aquela areia molhada e gravetos. Ali nos tornávamos as fazendeiras e fazendeiros que a imaginação permitia!

Nossos brinquedos nunca foram comprados. Sempre eram imaginados ou feitos com os elementos do nosso cotidiano. Na brincadeira de casinha, minhas panelas eram as tampas, as tampilhas de garrafa, as cabaças, os cocos e os cacos de cozinha que minha mãe não usava mais. O feijão eram os grãos da vargem de fedegoso, a carne eram as folhas roxas do campo, o arroz eram as sementes de capim e o macarrão era o cipó laranja que se enrolava no mata-pasto. Percebe como nosso brincar eram os nossos afazeres e nossas obrigações eram também nossas brincadeiras? A fotografia desse subcapítulo também ilustra isso, era nossa obrigação cuidar das ovelhas e cuidávamos também de brincar. Na imagem, Beto, o mais alto, juntamente com Rose tentam me equilibrar em cima do carneiro, enquanto Adão segura outro animal para nossas peripécias.

As lembranças desses momentos ficaram eternizadas na memória. Não gerou remorsos, vergonha ou qualquer sentimento de precariedade e falta, mas a certeza de que todas essas vivências compõem meu ser, gerando um sentimento bom de fortalecimento de identidade, de leveza e liberdade igual àquele quando saíamos de casa para tentar pegar o bocado de borboletas amarelas que apareciam quando acabava de chover.

3. TERRA: ELEMENTO SAGRADO, NECESSÁRIO E IDENTITÁRIO



Fotografia 11: Beneficiamento da mandioca com protagonismo das mulheres

Fonte: Arquivo Pessoal (2005).

*A terra deu, a terra dá, a terra cria
Homem a terra cria, a terra deu, a terra há
A terra voga, a terra dá o que tirar
A terra acaba com toda mal alegria
A terra acaba com inseto que a terra cria*

*Nascendo em cima da terra
Nessa terra há de viver
Vivendo na terra, que essa terra há de comer
Tudo que vive nessa terra
Pra essa terra é alimento*

*O homem planta um rebolinho de maniva
Aquele maniva com dez dias ta inchada
Começa nascer aquela folha orvalhada
Ali vai se criando aquela obra positiva
Muito esverdeada muito linda e muito viva*

*Embaixo cria uma batata que engorda e faz crescer
Aquilo dá farinha pra todo mundo comer
E para toda criatura vai servir de alimento
Deus corrige o mundo pelo seu dominamento
A terra gira com o seu grande poder*

Comadre Fulozinha, Grande Poder

Para nós, a agricultura era e continua sendo, uma condição de existência. Se não plantásse-

mos, não teríamos o que comer. E esta é uma condição dos quilombos agrícolas: se relacionar com a terra na perspectiva da troca, cuidado por alimento, pela própria existência. No terreiro Caxuté, o terreiro de candomblé batu-indígena, localizado na comunidade Cajaíba, em Valença - BA, do qual faço parte, aprendi que todo elemento da natureza possui uma força, e são estas forças que cultuamos e respeitamos imensamente. Chamamos de Kavungo a força da terra, que não por acaso, está ligada à saúde e à doença. A terra é sagrada!

Na perspectiva agrícola, o solo é de onde as plantas retiram seus nutrientes, quando este solo não está bem nutrido, os vegetais cultivados ali também não estarão. Consequentemente, os corpos que consumirem estes vegetais não estarão nutridos em sua totalidade. Percebe como a mesma terra que cura, adocece? A terra é necessária!

Para os povos Dagara, encontrados nos países africanos de Gana, Costa do Marfim e Togo, o elemento terra é também responsável por “nosso sentido de identidade, nosso pé no chão e nossa habilidade de apoiar e nutrir uns aos outros (SOBONFU SOMÉ, 2007, p.15)’. A terra é nossa identidade!

Fomos criados na terra e sendo por ela alimentados. Nos alimentávamos principalmente do feijão *catador*, da mandioca, do milho *crioulo*, arroz e da mandioca que plantávamos, cuidávamos e colhíamos em sistema de sequeiro, que variava bastante de um ano para o outro. Criávamos porcos, galinhas, ovinos e bovinos que eram utilizados nos mais diversos contextos.

Os trechos da canção *Grande Poder*, de Comadre Fulozinha, fazem aflorar uma memória tão marcante em minha vida. É a memória das feitas de farinha. A relação da minha família com a cultura da mandioca é algo profundo pois tem a ver com nossa sobrevivência.

Era a farinha um dos poucos alimentos dos meses mais escassos. Servia de pirão com o caldo da galinha que criávamos, de farofa com a caça que meus irmãos caçavam, de paçoca com o licuri que cantávamos no mato, de escaldado para o leite que chegava do curral e às vezes, quando não havia acompanhamentos, era a farinha o prato único. E devo dizer que não era um caso isolado em minha família, pois nossos vizinhos passavam por situações semelhantes.

Na época em que morávamos no Pau Preto, era comum ficarmos, por até dois meses contínuos, trabalhando na arranca da mandioca. Esta é uma atividade absolutamente coletiva. Há um grupo que arranca a mandioca na roça e traz para casa de farinha, quase sempre este serviço era realizado pelos homens. Outro grupo, protagonizado pela figura feminina, raspa (retirada da casca) e rala a raiz da mandioca, aperta, escorre e seca a tapioca.

Neste momento, eu percebia que as mulheres se tornavam mais íntimas, era onde falavam sobre suas vidas, as vidas dos outros, reviviam suas memórias, as felizes e tristes, contavam seus segredos, partilhavam seus saberes e dores. Assim iam se fortalecendo umas nas outras para seguir lutando.



Fotografia 11: Extração da tapioca

Fonte: Acervo Pessoal (2019)

Depois de ralada, a massa é espremida em um tecido fino, o líquido branco que passa por este tecido, após algumas horas, assenta, tornando-se tapioca fresco e a massa que fica no tecido vai para uma prensa, onde é retirado o excesso de água e depois é levada para o forno, onde será torrada até transformar-se em nosso ouro branco, a farinha.

A prensa é uma rosca de madeira, feita à mão por marceneiros da região, é arte. Quando esta rosca é girada pela força de mãos humanas, espreme os sacos cheios de massa que estão abaixo e logo após a massa vai para o forno, que é um caixote feito de pedra aquecida com o fogo de lenha.

Nesta época, o processo de torra da farinha era todo manual e pesado, assim como as demais atividades da arranca de mandioca. Consistia em uma pessoa, o Torrador, que ficava na beira do forno quente, mexendo a massa pra lá e pra cá com o rodo, até evaporar toda a água da massa. O rodo é uma ferramenta feita de madeira, idêntica a uma enxada.

Aqui devo abrir um parêntese para as tecnologias sociais, advento muito utilizado por nossas comunidades desde antes da existência deste nome e conceito. As tecnologias sociais surgem em nosso cotidiano a partir do momento em que buscamos resolver algum problema, com a manipulação dos recursos locais, produzindo uma técnica ou produto de fácil uso e manutenção, de baixo impacto social e ambiental, visando o alcance de nossa autonomia. O rodo, a prensa, o forno, o caixote de guardar farinha e mais uma infinidade de objetos, são alguns exemplos de tecnologias sociais desenvolvidas no campo a partir de nossas necessidades.

As tecnologias sociais são concebidas e implementadas para promover transformações a partir da interação e da luta política entre diferentes grupos que procuram defender interesses e necessidades das comunidades locais, segundo Dagnino et. al. (2009). Estes mesmos autores ainda pontuam que as tecnologias sociais devem ser adaptadas a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; serem criadas para a satisfação das necessidades humanas, despertando o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; além de serem capazes de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas. Por fim, as tecnologias sociais devem estar ligadas à realidade das sociedades locais, de modo que gerem respostas adequadas aos problemas de um determinado contexto.

Minha mãe sempre nos disse que da mandioca e do leite se aproveita tudo, tudo mesmo, todos os subprodutos são utilizados dentro da roça: a casca da mandioca é secada ao sol e fornecida para as galinhas; a crueira, a parte grossa da farinha, é ofertada para os porcos com o soro de leite; a manipueira, líquido que sobra após a decantação do polvilho é utilizado para afastar as formigas cortadeiras. E para o leite, é preciso uma outra prosa!

Na *feita de farinha* eu consegui enxergar o real sentido de coletividade, de partilha. Antes de iniciar, as mulheres da comunidade eram avisadas sobre a arranca da mandioca. Em nossa casa cozinhávamos para todo mundo envolvido no trabalho, almoço e jantar, pois, durante o dia raspávamos mandioca, como na imagem acima, e à noite apertávamos a massa para tirar polvilho, ou a tapioca como chamamos. No final, o que cada pessoa conseguisse tirar era seu. Toda raspa da mandioca e tapioca que as famílias tiravam, podiam levar para si. Entendo isso como uma troca pelo serviço prestado, visto que o “dono da mandioca” ficava com toda a farinha. Da mesma forma que convidávamos, também éramos convidadas. E confesso que é uma delícia ter tapioca fresca em casa, para fazer beiju e a infinidade culinária que é possível se fazer com esse alimento. Como na imagem abaixo.



Fotografia 12: Fabricação de beiju na casa de farinha do quilombo Mari

Fonte: Acervo Pessoal (2019)

Eram nas casas de farinha onde meus irmãos vivenciaram suas primeiras experiências de alfabetização e letramento, que consistia no ensinamento do pouco que sabiam por parte de algumas pessoas da comunidade que conseguiam assinar o próprio nome. Naquele espaço não escolar também construía conhecimento e aprendizagens.

“Era cada um cuidando de sua vida, mas cuidando da vida dos outros também. Os novos cuidavam da terra, do alimento para si e para os que não tinham mais forças para cuidar disso. As colheitas eram vendidas ou trocadas entre os plantadores e o excedente era vendido”. Quando leio trechos como esses de Conceição Evaristo (2016, p. 68), percebo o quanto somos semelhantes e somos assim porque viemos de um mesmo lugar, onde um era extensão do outro e assim somos um só. Este lugar é África! É como escreveu o rapper Thiago Elnino “*Ubuntu, eu sou porque nós somos e na crise tamo junto*”.

Trago esse processo com riqueza de detalhes pois um dia espero que meu filho, minhas sobrinhas e todos que vieram depois de mim, nunca se esqueçam que conhecimentos como estes garantiram a vida de meus ancestrais e, conseqüentemente, as nossas vidas. Isso porque todo conhecimento construído secularmente por nós, africanos e indígenas, quase sempre é roubado ou invisibilizado e só são eventualmente "aceitos" e "legitimados" após passar pelo crivo dos centros de pesquisas oficiais, universidades e seus porta-vozes superespecialistas. Daí a necessidade de reafirmar nossos saberes tanto em nossos territórios, quanto nos demais espaços de produção do saber. Para além disso, se faz necessário a continuidade da nossa luta pela autonomia de decidir o que comer e como produzir, de acordo com nossos hábitos alimentares, isto é, lutar pela soberania alimentar.

De acordo com Stedile e Carvalho (2012, p. 714), soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais para a garantia da produção de alimentos necessários para sobrevivência da população de cada local. Tomando como base nossa comunidade, sempre produzimos alimentos necessários para nossa sobrevivência, entretanto com a ausência de tais políticas. Como teremos soberania alimentar mediante o roubo constante, com autorização do Estado, do elemento que garante a produção dos nossos alimentos - a terra? Como teremos soberania alimentar se as sementes, nosso bem maior, é atacada pela voraz praga da erosão genética?

Soberania alimentar deve ser sim “o direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras e águas, garantindo por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos, com autonomia e controle de seu próprio território”, conceito construído durante a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra, em 2010.

As práticas agrícolas desenvolvidas tradicionalmente em nossa comunidade, como o cultivo e beneficiamento da mandioca, sempre visaram a produção de alimentos para nosso sustento. Práticas como estas, promotoras de saúde e que dialogam com a diversidade cultural, garantem nossa segurança alimentar e nutricional. Compreendida pela Articulação do Semiárido -ASA, como o direito de acesso a uma alimentação saudável, de qualidade e em quantidade suficiente.

Entretanto, Franciléia Paula de Castro (2022), quilombola Agrônoma, nos chama a atenção quanto a crise que a agricultura sofre, afirmando que “é cada vez mais perceptível aos olhos o desequilíbrio - a crise, gerada por modelos agrícolas de monocultivos e que exterminam a vida, contaminando solos e águas, gerando muitos impactos. É uma agricultura em crise e adoecida, pois não permite a regeneração do sistema, extermina a biodiversidade” e compromete nossa soberania alimentar.

O modelo de dominação capitalista no campo, hoje denominado de agronegócio, é uma das heranças da colonização européia e atualmente segue a busca por acumulação de riqueza material de modo infinito através de crescimento insaciável. Concentrador dos meios de comunicação, excludente no acesso à terra e água, explorador de mão de obra, destruidor da sociobiodiversidade, o agronegócio é amparado num sistema político e judiciário corrompidos pelos interesses das classes dominantes que sempre se beneficiaram desse projeto de nação, chamado Brasil. Um Brasil, que é tido como quintal dos países ditos desenvolvidos.

É perceptível como a colonização é um processo que ainda não acabou uma vez que criou subordinações, relações servis e dependência econômica, de modo que as elites de ontem e hoje, estão nas ex-colônias articulando-se às elites de países autointitulados “desenvolvidos” para configuração de dependências de mercado, bem como partilha de culturas que expropriam.

Mestre Nego Bispo (2015, p. 52-53) chama de lixo da Segunda Guerra Mundial o acúmulo de tecnologia e maquinários desenvolvidos prioritariamente para fins bélicos, dentre eles os tanques,

caminhões, tratores, tanto voltados para abertura de estradas, quanto para a mecanização da produção agrícola; a tecnologia agroquímica da monocultura do trigo e outras monoculturas desenvolvidas para a produção em ciclos curtos e em larga escala. Os detentores do lixo da Segunda Guerra Mundial precisavam vender esse lixo para os países em processo de desenvolvimento capitalista. Aí entra em campo o Brasil-quintal para absorver, “goela abaixo”, tudo que foi imposto por esses detentores, doa a quem doer. Chamaram isso de Revolução Verde.

Sempre observei que tudo que acontece no mundo chega em nossa comunidade em algum momento. E esse movimento da Revolução Verde, que traz como referência o agronegócio chegou mais precisamente no quilombo Mari no ano de 1970, durante a Ditadura Militar. Durante este período ocorreu também a entrada agressiva do capital estrangeiro no país trazendo consigo severas consequências para o campo, respaldadas na modernização da agricultura que vinha acompanhada pela difusão da Revolução Verde. Como Lélia Gonzales (1983, p.13) bem diz, “após o golpe militar a dinâmica da entrada de capital estrangeiro provocou uma divisão racial do espaço devido a nova dinâmica de produção no país com a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas e entrada das multinacionais no campo, aumentando o desemprego do povo negro nas cidades e expulsão do campo”. Desaparecia a pequena propriedade rural para dar lugar à criação de latifúndios, por parte das poderosas corporações multinacionais, amparadas pelo governo militar. Era o capitalismo invadindo todos os setores da economia brasileira.

Dentre as consequências da modernização podemos destacar: o controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira; utilização crescente de maquinário, insumos químicos, disseminação das sementes transgênicas pelas grandes empresas, o que faz do Brasil o maior consumidor de agrotóxico do mundo; contribuiu para acentuar a migração do campesinato – êxodo rural, em busca de terras livres e baratas em regiões menos ocupadas e desenvolvidas, ou migrações temporárias na busca por trabalho nos grandes centros, se submetendo às novas relações de trabalho, como trabalhos assalariados e temporários; ampliou a concentração de terra, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e mais riquezas para expansão dos latifúndios em detrimento dos agricultores familiares. Outra consequência da modernização da agricultura foi o impacto ideológico, através dos meios de comunicação, na tentativa de convencer agricultores de que as formas “modernas” de se produzir eram superiores às tradicionais. Uma vez que não podem dominar as técnicas e processos produtivos, tornam-se dependentes, perdem sua autonomia (ALAN-TEJANO, 2012).

No trabalho de conclusão de Curso de Adão das Neves Pereira (2019), meu irmão, ele traz com riqueza como perdemos grande parte do bem precioso de nossa comunidade, a terra.

Existe relato dos primeiros moradores da região, que na década de 1970, um coronel na região usurpou as “Terras da Mata” logo que um dos seus filhos se formou em direito. O referido coronel convidou toda a comunidade para fazer uma grande festa em sua casa para comemorar a tal for-

matura, em seguida teve um café. Mas para se alimentar, as pessoas que ali se faziam presentes teriam que assinar em um livro, e ingenuamente assim foi feito, quem sabia assinar, assinava e quem não sabia colocava a digital.

Ao certificar-se que todos ali já tinham assinado, o coronel fechou o livro e disse em alto e bom tom “vocês acabam de me dar todo o direito das terras que vocês tinham na Mata, a partir de hoje até as cobras que existem por lá são minhas, vocês não terão mais o direito de fazer nada nessa área” (PEREIRA, 2019).

Diante desse cenário, as(es) agricultoras (es) acabavam de dar ao coronel todo direito de uso das melhores terras que eles cultivavam, pois sabiam que tinham perdido as terras mais férteis e produtivas que possuíam sem o direito de colher nem sequer o que já haviam plantado na área. Em seguida as máquinas começaram a trabalhar abrindo as picadas para serem feitas as cercas do latifundiário. Com isso as terras que lhes restavam foram apenas aquelas próximas de suas casas (PEREIRA, 2019).

Práticas de roubo como essa, cujos ladrões letrados aproveitam-se do analfabetismo e da honestidade da população do campo, induzindo-a assinar papéis sem conhecimento do que se trata, podem ser comuns no Brasil. Como consequência desta invasão, de maneira abrupta e imediata, houve o aumento de conflitos entre os moradores por terra e a saída de muitas famílias por falta de área para produzir. As famílias que ficaram repartiram o pouco de terra restante entre si, cercaram suas áreas e passaram a cultivá-la na medida do possível.

Quando as terras das famílias foram invadidas e tomadas pelo latifundiário, imediatamente houve desmatamento de uma grande extensão de área para o monocultivo de algodão. Como alternativa de renda, as mulheres acampavam na fazenda e eram as responsáveis pela colheita da cultura, levando consigo as crianças e alimentos. O trabalho, era árduo e cansativo pois acordavam antes do nascer do sol para fazer comida e iniciar a *panha* do algodão, chegavam no acampamento já era noite. O pagamento era feito no final da semana e cada um recebia referente a quantidade de arrobas de algodão colhida.

Sobre o uso da terra no Brasil, desde a época colonial há disputas acirradas pelo seu controle, e sua posse é um gesto de demonstração de poder político. Portanto, desde a invasão portuguesa, a propriedade privada é a maneira mais comum de controle da terra no Brasil (SOUZA, 2017). Compreender como se deu o acesso às terras brasileiras é necessário, pois, com isso, é possível interpretar a desigualdade fundiária vivenciada atualmente pelas comunidades tradicionais e a perpetuação do racismo nas instituições.

A questão agrária no Brasil sempre se deu de forma desigual, opressora e oportunista, gerando concentração de terra nas mãos de poucos e situação de miserabilidade para os nativos (índigenas) e os afrodescendentes escravizados. Esse modelo de apropriação e exploração deu origem aos latifúndios que atualmente, representado pelo agronegócio, são responsáveis pela destruição de

recursos naturais e entre outros impactos sociais, a manutenção de agricultores e agricultoras em situação análoga ao trabalho escravo.

As principais modificações ocorridas em nossa comunidade com a mudança no uso da terra foram: o uso das sementes crioulas, que era mais intenso, foi substituído pelo plantio das sementes geneticamente modificadas ou “sementes do mercado” e o ataque de pragas que era mínimo, passou a ser mais intenso; da mesma forma que o manejo do solo era realizado de forma manual ou com a tração animal e passou a ser revolvido com máquinas. O consórcio entre culturas anuais é uma prática ainda persistente nas comunidades.

Se tratando dos conhecimentos tradicionais, adentro aqui as raízes da Agroecologia, que são localizadas na história da agricultura, quando nas relações com a natureza, estabelecemos sistemas agrícolas e agrários. “Na aldeia, a vida é diretamente inspirada pela terra, pelas árvores, montanhas e rios. O relacionamento entre o homem e a natureza é traduzido na construção da comunidade e das relações entre as pessoas.” (SOBUNFU SOMÉ, 2007, p.16).

Os terreiros de candomblé, são verdadeiras escolas de agroecologia simbolizadas na relação com os elementos da natureza. Sem mata, água, terra, ar, fogo, não existe nossa religião, não existe humanidade. “A população de terreiro reafirma a valorização da terra e da natureza como espaço sagrado de memória biocultural, necessária para a vida material e espiritual”, segundo Mam’etu Kafurengá (2019, p. 19). A cultura trazida de diversas partes do continente africano pelos povos escravizados sempre foi agroecológica, devido à relação dela com a natureza. Chamado no Brasil de Candomblé, os cultos tradicionais baseiam-se na reverência às forças da natureza (TATINE e TATINE, 2020).

A agroecologia é a ciência que estuda os sistemas agroalimentares, da semente a mesa (Gliessman, 2014), pautada no resgate de saberes ancestrais. A agroecologia se constrói apoiada na valorização dos bens locais e nas práticas e métodos tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas, e sua evolução como ciência se dá quando são criadas condições favoráveis para o diálogo e a troca de experiências e saberes.

Somos o solo, somos o ar, somos a semente, somos a água. E a comida que cultivamos na terra se converte em nosso corpo, nosso sangue, nossas células. A comida é a força da vida, é a rede da vida, e é a continuidade da vida, da Terra e de nós mesmos. É por isso que o território e o corpo correspondem quando produzimos comida da maneira correta e comemos a comida adequada. Mas, quando não correspondemos e deixamos de pensar conscientemente na comida, nos tornamos parte deste sistema de guerra. Ainda que sejamos um pequeno elo da cadeia, estamos ajudando a fazer com que ele permaneça. É necessário ser consciente disto. Caso se controle o mercado de armas, se controla as guerras. Caso você controle a comida, controla a sociedade. E se você controla as sementes, controla a vida na Terra (VANDANA SHIVA).

Há grandes regiões do mundo, especialmente nas zonas tropicais, onde milhares de comunidades tradicionais continuam realizando práticas que atestam um uso prudente da biodiversidade de cada um dos ecossistemas existentes, demonstrando uma grande preocupação com o futuro, tendo

em vista a destruição dos ambientes naturais, promovida pelo modelo capitalista insustentável, atualmente chamado agronegócio, que possui sua origem nas questões agrárias deste país.

Orgulho é a palavra que define ter uma refeição produzida pela própria comunidade. Produzir o que se come tem sido um projeto de vida para nossa família, pois, sabemos que a indústria de alimentos, agronegócio, é a mesma que fabrica os remédios para os trilhões de dores e doenças que nosso povo tem se sucumbido. É preciso motivar, incentivar e investir nas famílias que tradicionalmente tem cultivado suas refeições. Pois são elas que tem preservado as sementes do amanhã (crioula) e tem disseminado práticas tradicionais de convivência harmônica com a natureza visando o presente e o futuro das gerações.



Fotografia 12: Refeição com alimentos produzidos em nossa comunidade.

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Pois pra gente que sabe o peso da enxada e o calor do sol no lombo, nosso feijão catador, carne de porco, ovo caipira, farofa de salsa e rúcula, arroz com moringa, tomate cereja e alface e suco de manga produzidos por nossas mãos é o melhor remédio que podemos consumir para nutrir esse corpo que abriga a energia da vida.

3.1 CHEIRO DE FESTA



Fotografia 13: Abate de carneiro para consumo familiar e comunitário

Fonte: Arquivo Pessoal (1994)

Tornou-se tradição na minha comunidade e em todo seu entorno, comemorações para festejar acontecimentos como noivados, casamentos, aniversários, bingos beneficentes, promessa a algum santo, leilões, missas, chegada de algum parente de longe ou visita de pessoas importantes. Com o tempo cheguei à conclusão de que o foco dos encontros não era exatamente o motivo dos festejos. Na verdade, as festas aconteciam em decorrência da cultura que o meu povo tem de estar junto, em coletividade, festejando não um acontecimento em si, mas o valor da vida como um todo.

Cantando suas próprias músicas, tocando instrumentos feitos com as madeiras e couros de bichos extraídos e confeccionados por ali mesmo, dançando e estremecendo o chão da latada, transpirando todo labor do dia na roça, vibrando com os bailes que iam até o amanhecer do dia, construindo seu próprio conceito vivo de cultura e lazer. A fotografia deste subcapítulo é a prova viva desta realidade, nela encontra-se nosso tio-avô Fulugêncio com um pedaço de costela de porco abatido na propriedade, seu filho Joanito com o violão, sua esposa, tia Arlinda e sua filha Jéssica, festejando a visita de nossa mãe em sua casa.

Cada cultura local interage com seu próprio ecossistema local e com a combinação de paisagens e as respectivas biodiversidades nelas contidas, de forma que o resultado é uma ampla e com-

plexa gama de interações finas e específicas, uma coleção de sabedorias locais (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 41).

As festas para minha família eram diversão, mas antes de tudo, fonte de renda. Era onde comercializávamos parte do mundo de coisas que produzíamos. Era mais uma atividade dentro das inúmeras pluriatividades que minha mãe adaptou a sua rotina para nos criar dignamente sem “os mandos e desmandos de patrão”.

Dona Vanda era barraqueira forte e, mesmo sem o uso dos atuais meios de comunicação como celulares, televisões, etc. ela sabia de todas as festas que aconteciam pela região, era no boca a boca mesmo. Tendo a charrete como principal veículo de transporte, ela rodou por inúmeros povoados do Baixio com sua barraca de doce de leite, requeijão, espetinho, tira gosto, bebidas quentes e a companhia de algum ou alguns dos filhos e filhas.

O sol mal saía e Eva, a filha mais velha, juntamente com minha mãe, já tinha sangrado e retalhavam o porco que tínhamos engordado com milho e lavagem para se transformar numa diversidade de iguarias. Por aqui, costumamos aproveitar o animal por inteiro.

O toucinho vai para o consumo, doação ou venda; depois de lavadas e tratadas, as tripas e parte da carne se tornam deliciosas tiras de linguças; o intestino e o bucho vira buchada, comida boa e forte que vendemos aos domingos e fazemos nos dias de digitório na roça; a *fussura*, logo que retirada, é aferventada e se torna petisco para saciar a fome até retirar e cozinhar o espinhaço para o almoço; as carnes nobres são reservadas para o espetinho e os osso dos pés (perniço) é salgado e passado sol para o feijão. Independentemente do tamanho do animal, a fartura é sempre a mesma.

Ainda falando de festa, enquanto minha mãe ficava em casa cortando e temperando a carne, nossa obrigação era ir no mato quebrar, descascar e fazer a ponta dos finos galhos de candéal com nossas pequenas mãos. Candéal é uma planta arbustiva da caatinga com madeira e folhas de aroma amadeirado utilizada por nós para acender fogo mais rápido, alimentar os animais na seca e, principalmente, fazer espetos para churrasco.

Mais tarde percebi que aquilo também era arte, e aquelas pequenas mãos que manuseavam facas amoladas e madeira teriam a destreza para também manusear canetas e pincéis para contar sua própria história.

O cheiro de carne temperada com cominho, coentro seco e alho se misturavam com a essência vinda dos espetos de candéal e invadia toda a casa, se firmando na minha memória como cheiro de festa. Depois de espetar a carne nos espetos, se iniciava a arrumação. A essa hora o doce de leite, o requeijão de Vanda e a pinga com raiz já estavam prontos para viagem.

Dona Vanda nunca dependeu de ninguém para encabeçar seus negócios e fazer suas inúmeras correrias. Se não tivesse nenhum dos filhos por perto, ela mesma ia procurar os animais na roça, colocava os arreios, organizava a barraca e seguia na direção da festa mais próxima para fazer render o dinheiro da semana, ou quando a “festa dava boa”, até o do mês.

A barraca na verdade consistia na armação de uma pequena mesa, um tamborete e uma churrasqueira feita com uma roda de carro suspensa em três pedaços de vergalhão. Quando a festa era grande, utilizava o fundo da charrete como suporte para sustentar as mercadorias.

Fazia de tudo para esconder a euforia quando sabia que poderia acompanhar minha mãe nas vendas. Quando tinha essa sorte, a imaginação de criança transformava a charrete em carruagem, via aquela mulher preta que me deu a vida como a destemida guerreira que ela sempre representou para mim e as estradas de chão dos povoados tornavam-se passarelas para nossa passagem. Eram os ócios do ofício, mesmo sabendo que minha presença ali não era para festejar, mas para assar espetinhos!

A gordura suína que pinga na brasa vermelha, deixa exalar um cheiro irresistível, que propositalmente atraía clientes famintos. Enquanto aguardavam seus pedidos, aproveitavam para degustar a deliciosa combinação de doce de leite com requeijão, que por serem tão bons merecem uma história própria.

Eu, quase sempre, não conseguia ficar acordada até o final das festas. Quando não dormia no fundo da carroça, cochilava encolhida embaixo da mesa. Volta e meia era acordada por alguém assustado pedindo a faca que tinha guardado ali e minha mãe dando conselhos para “deixar isso quieto”. O senso de justiça herdado em nossa região, é o de fazê-la com as próprias mãos. E na maioria das vezes o motivo das brigas eram desavenças ocorridas entre famílias há várias gerações. Sei que estes eram momentos que sinalizavam nossa partida.

Na volta para casa ganhávamos de presente o céu em seu mais alto estado de beleza, com estrelas tão brilhantes que pareciam estar ao meu alcance e a Lua, como se tivesse feito um pacto conosco, clareava de prata nosso caminho até em casa.

Ao longo dos séculos, gerações de agricultores e agricultoras desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados, promovendo uma dieta diversificada para as famílias, embora, muitas vezes contem com tecnologia e outros recursos limitados.

Mesmo em regiões fortemente marcadas pelo processo de modernização capitalista da agricultura, práticas de ajuda mútua e de intercâmbio de produtos, sementes e conhecimento entre produtores familiares nunca desapareceram completamente dos territórios, apesar das transformações ocorridas nos modos de vida das populações rurais. Nossas comunidades produzem conhecimento através da prática, apesar de toda a força contrária que o agronegócio e o Estado, como aparelho de dominação da burguesia, violentamente, despejam sobre os povos.

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não seria possível (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.33).

Para esses autores, trata-se dos saberes, transmitidos oralmente de geração para geração, e especialmente dos conhecimentos indispensáveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza. Esta relação antiga foi sendo refinada e aperfeiçoada ao longo do tempo o produto final desse processo de refinamento encontra-se nas mentes e nas mãos de homens e mulheres que compõem os povos tradicionais. Conhecimentos estes que hoje estão ameaçados.

4. É PRECISO EDUCAÇÃO COM ATITUDE!



Fotografia 14: Uma família em sete caminhos (Nossa mãe, Guina, Deva, Beto, Eva, Adão, Rose, eu e nosso pai)

Fonte: Acervo Pessoal (2007)

*O ano era 1995
Muitas águas roladas
As infâncias foram passando
E nos roçados foram deixadas
Crescíamos sem escola
Era urgente agora
Educação pra filharada*

*Saiu sem o consentimento
Saiu à procura da Educação
Saiu com o peso nos ombros
O peso da insubmissão
Saiu com sangue no olho
Saiu de carroça cheia
Carroça cheia de filhos
Filhos-filhotes que saíram daquele ninho para voar mundo adentro.
Hegair Neves*

Ainda morávamos em Pau Preto, e era latente a necessidade de colocar os filhos e filhas na escola, já estavam muito crescidos. Onde estávamos não tinha escola. Na visão de meu pai, se saíssemos da roça de onde viria nosso sustento? Nosso sustento viria de onde sempre veio, da nossa criatividade, de nossa força, de nossa garra e de nosso sangue no olho.

Passávamos por inúmeras necessidades, não possuíamos água por perto, muito menos enca-nada. Tudo era muito distante, os vizinhos, a água, os serviços de saúde, as escolas, as cidades, a qualidade de vida, os direitos básicos enquanto cidadãos... tudo!

Era essa realidade que minha mãe não queria que vivêssemos. Naquele contexto, ela acreditava que só os estudos permitiriam uma vida melhor. Ou ao menos pudéssemos escolher qual vida queríamos ter, que não fosse aquela imposta às populações negras do campo desde que nos tiraram de África.

Em 1995, nos mudamos para Vesperina, uma comunidade pertencente ao município de Riacho de Santana-BA, que fica a quatro quilômetros do quilombo Mari. Nos mudamos porque este era o local mais próximo com escola e ali existiam as terras de herança que meu avô Galdino deixou para minha mãe, foi e é de lá que tiramos parte do nosso sustento.

Em Vesperina havia o único colégio, denominado Escola Padre José Maria Vicente, ou *Colégio do padre*, como conhecíamos, que funcionava com as séries iniciais. Eva, minha irmã mais velha relata sobre a dificuldade que ela enfrentou para ingressar nos estudos:

Nesta etapa inicial tudo era muito difícil, a idade já avançada para começar a alfabetização, pois, nesse período eu já estava com onze anos e tinha que me dividir entre os estudos, cuidar da casa e dos outros irmãos pois minha mãe revezava entre a casa no povoado de Vesperina, a casa na roça do Pau Preto e algumas atividades nas terras de Mari, herança de seu pai.

Eu e Eva temos uma diferença de idade de nove anos e, juntamente com os outros irmãos mais velhos, começamos frequentar a escola quase ao mesmo tempo, só que eu tinha três anos. Esse espaço de tempo entre nossas idades não é nada quando se trata da demora para o acesso à educação por parte das populações negras. E este é um plano muito bem montado pela minoria que detém a maior parte dos recursos. Um plano para nos deixar às margens, destruindo nossas mentes, nos dando pequenas sobras na tentativa de adestrar nossos corpos e mentes, de modo que estes continuem servindo de mão de obra barata para produção de mais lucro, trabalhando mais e ganhando menos.

*Existem mil formas de prisão
Mas só uma de liberdade
Eles querem de nós a lamentação
Subestimam demais sem ter a visão
Causamos espanto quando transformamos o pranto
Em coragem e superação
Num país onde a história do negro é velada
E branquificada na televisão.*

Karol Conká e Emicida, Todos os olhos em nós

Como diz minha mestra, Conceição Evaristo (2016), “eles combinaram de nos matar, e nós combinamos de não morrer”. Nego Bispo (2015, p. 52-53), incrível mestre quilombola do Piauí, assertivamente diz qual a intenção da Educação que chegou no campo durante a Ditadura militar e permanecem até os dias atuais:

Aconteceu um confronto sutil, que foi a tentativa de desmantelamento e de substituição dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado às comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de "melhoria" das suas condições de vida.

Aqui volto a falar do tempo cronológico. Enquanto uma comunidade rural, na época em que nos mudamos para lá, Vesperina vivia e, infelizmente, ainda vive esse projeto de escolarização que, na visão de Nego Bispo, veio totalmente descontextualizada dos modos de vida dessas populações, e teve por finalidade promover um amplo e acelerado processo de êxodo rural para, assim, atender à necessidade de absorção do lixo tecnológico da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o êxodo rural também atendia a grande demanda por mão de obra nos grandes centros urbanos, esvaziando os territórios tradicionais, enfraquecendo a resistência contra colonizadora e criando as condições publicitárias para a introdução da monocultura.

Minha irmã, Eva, ao concluir o ensino fundamental não encontrou continuidade dos estudos na comunidade e foi estudar em um colégio estadual no município de Palmas de Monte Alto - BA. Ela, não só aprendeu a “matar um leão por dia”, como aprendeu a ser leoa durante três anos até a sua conclusão, em 2015.

Eva conta que percorriam cinquenta quilômetros de distância todos os dias até a sede do município, em um ônibus soltando os pedaços, outra hora em um pau de arara que quebravam muito e às vezes não chegavam até a escola. E em épocas de chuva, a passagem era impedida pelo rio que enchia, afetando diretamente seus estudos e todo processo de aprendizagem, o que era mais um empecilho para o desempenho escolar. As escolas onde estudou eram de infraestrutura precária, faltava merenda, água, professores, giz de quadro, cadeira, mesa, livro didático. Às vezes eram só nós e nossa força de vontade!

Eu concordo plenamente quando ela compara a escola que teve acesso naquela época com a escola de hoje, “percebo que o ensino descontextualizado com a realidade do aluno não mudou muita coisa. Enquanto professora da Educação Infantil ainda trabalho com livros com proposta de outros Estados, sem partir do princípio do convívio do educando, algo que torna desconexo o processo de Ensino Aprendizagem.”

Ingressei na creche com três anos, fui a primeira de meus irmãos e irmãs a receber educação infantil de forma gratuita, todos os demais, ingressaram na escola diretamente na educação fundamental a partir da primeira série, pois nenhum deles frequentaram escola antes dos oito anos. Em 1960, durante a Ditadura Militar, o Brasil experimentou uma transição de modelos econômicos que implicava em um rearranjo do papel da agricultura na economia brasileira e com isso uma mudança também no processo de escolarização da classe trabalhadora do campo e da cidade, “promovendo uma marginalização ainda maior da agricultura camponesa” (CALDART, 20112, p.261).

Aguinaldo (Guina), meu irmão mais velho, deu continuidade aos estudos, aos vinte e quatro anos, ao chegar em São Paulo após ser empregado em uma empresa de fertilizantes que, motivada pela baixa qualidade dos seus produtos, decidiu investir na qualificação dos funcionários. Estes trabalhavam em um turno e estudavam no outro, dentro da empresa. O ensino disponibilizado era o supletivo e Guina, que nunca havia frequentado uma escola continuamente, estudou até o primeiro ano do ensino médio. Os baixos índices de escolarização iriam refletir na aplicação das inovações tecnológicas que estavam chegando no Brasil na década de 60. “No interior das relações sociais de produção capitalista, a escola era pensada pelo setor industrial, para atender as demandas de formação para trabalharem neste setor” (RIBEIRO, 2012, p.295). Os Estados passaram a formular políticas de superação do analfabetismo e da carência de formação técnico-profissional em resposta à demanda de uma força de trabalho qualificada tanto na indústria quanto na agricultura. Guina viveu essa realidade na indústria onde trabalhou e estudou, enquanto nós que permanecemos na Bahia, vivenciamos a realidade educacional destinada ao campo.

As escolas que acessamos, embora estivessem localizadas no campo, foram construídas lá para atender a um projeto de esvaziamento deste lugar para expansão do Agronegócio, além da tentativa de apagamento dos saberes tradicionais. Para isso, essas escolas disseminavam uma Educação Rural. Recebíamos a mesma educação que havia nas áreas urbanas, desconexa da nossa realidade enquanto camponeses. Na condição de indivíduos do campo, “experimentamos uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo” (RIBEIRO, 2012, p. 293), aproximação esta inexistente na educação rural. Não existia a vinculação da comunidade dos agricultores que enviam seus filhos à escola. A escola não possuía contato com nossa comunidade e vice-versa.

A Educação Rural foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente “colonizador” (FREIRE, 1982)

Entretanto, mesmo acessando este tipo de educação conseguimos ir além do propósito dela. Luandi, irmão de Ponciá Vicêncio, uma personagem do livro de Conceição Evaristo (2017, p. 109-110), compreendeu que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava ler e assinar seu nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentimentos de tudo que ficou para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado

do antes-agora-depois-e-depois-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser. Assim como Luandi, estamos a fazer!

Para Guina, “não basta ter educação e ficar parado. É preciso educação com atitude! Iara, minha filha, com vinte e quatro anos, tem condições de vida bem melhores que as minhas na idade dela.” As condições de vida nas quais Guina se refere é ter o que comer, morar bem, ter acesso a água encanada, energia, internet, escola pública e na idade apropriada, transporte público e várias outras coisas básicas que muitos de nossos irmãos e irmãs de cor não possuem neste Brasil de 2023, ex-governado por um porta voz de atrocidades desumanas de herança colonizadora.

Essa educação com atitude me faz refletir sobre o papel da educação, escolar e não escola, sobre as próximas gerações. E Vanda Machado (2013) exemplifica bem isso quando afirma que “na comunidade, o ato de educar passa pela experiência de preparar a construção de outra geração e a construção de cada um em particular. É necessária a presença do outro que nos constrói. Eu preciso do outro para ensinar, para encantar, para ser colocado no seu caminho, que é também o meu caminho.”

4.1 AS PORTAS NÃO SÃO ABERTAS POR OFERECIMENTO, SÃO ABERTAS POR BUSCA



Fotografia 15: Formatura de Advaldo no Curso Técnico em Agropecuária na EFA.

Fonte: Arquivo Pessoal (1999).

*Aí amiga chega pra cá
Escute com carinho o que tenho pra falar
Vou falar de meus estudos que amo de coração
Gostaria de saber qual a sua opinião?*

*O que tenho pra dizer é também sobre isso
tento estudar bastante, mas não sei se é possível
Quem sabe o meu futuro possa até ser promissor
Não aposto muito nisso neste mundo sem amor*

*Sem amor sem compromisso, sem paz e educação
Sem futuro definido, o que será da nação?
Mas isso não é desculpa pra pensar em desistir
pois todos que venceram, lutaram pra conseguir*

*Peraí qual é a sua?
Desiste de estudar, não pensa em vestibular
Acha que só por ser pobre não pode querer sonhar
Atribui os seus problemas direto a sociedade
Encontra sempre uma causa pra culpar a humanidade*

*Não culpei a humanidade, só citei o preconceito
Só falta você dizer que não é desse jeito
Acaso você não saiba a vida não é um mar de rosa
Minha vida é complicada, uma coisa horrorosa.*

Esses versos fazem parte de uma música de rapper com letra e melodia inédita, que compus com uma colega de turma, no segundo ano do ensino médio na EFA, em 2009, para o Festival Anual da Canção Estudantil-FACE. Alcançamos o terceiro lugar na competição regional e como prêmio, ganhamos uma viagem a Salvador-BA para assistirmos à final da competição do festival. Esta viagem mudou minha vida, abriu meus horizontes. É uma memória tão marcante que sempre quando acesso ela o cheiro do mar, sentido pela primeira vez, ainda é vivo; o calor úmido e abafado do primeiro contato com a mata atlântica através da reserva Sapiranga, ainda aquece o coração; o sabor apimentado, quente e endendêzado do acarajé comido pela primeira vez ainda faz a boca salivar; o arrepio sentido ao pisar no Pelourinho (palco de tantas lutas pela vida, de tantos fortes ancestrais), me reconecta àqueles que morreram por minha existência e me faz refletir sobre o que podemos deixar para quem vem depois de nós.

Essa letra aborda a realidade desafiadora do(a) jovem negro (a) do campo, era assim que nós víamos vários de nossos amigos, conhecidos, ex-colegas... sentiam-se desmotivados quando o assunto era o estudo, diziam que estava tudo muito distante de seu alcance. Sonhar diante da realidade era a única maneira de nos mantermos vivos, como diz Racionais MC's:

*É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos
Racionais MC's, A vida é desafio*

A frase que nomeia este capítulo é de Conceição Evaristo, e ela dialoga muito com nossa caminhada, que foi sempre de busca, nada dado, “enquanto o sofrimento estiver vivo em nossa memória, devemos procurar, nem que seja pela força do desejo, a criação de outro destino” (EVARISTO, 2017, p.109).

Não costumávamos comemorar carnaval. As aulas na comunidade iniciavam em fevereiro ou março. Estudar pela tarde era o auge para qualquer estudante do Colégio Municipal Marciano Antônio Batista, a única escola de 1ª a 8ª série do nosso povoado, em Vesperina, no município de Riacho de Santana-BA.

Passar para a 5ª série e começar a estudar no turno vespertino juntamente com os mais velhos era o marco de transição da infância para pré-adolescência ou adolescência para alguns. Esta mudança representava algumas responsabilidades a mais em relação ao turno matutino, que funcionava com estudantes da 1ª à 4ª série. Significava que teríamos, obrigatoriamente, que usar farda, calça comprida, calçado fechado (tênis ou sandália arreada) e teríamos aulas com mais de um professor por dia.

Meninas e meninos sentiam borboletas no estômago com esta transição. Mas algumas como eu, sentiam, além disso, uma preocupação a mais: saber de onde viria o dinheiro para adquirir aqueles novos acessórios que fariam parte da nova rotina de estudos.

Mulheres negras possuem a incrível capacidade de se reinventarem diante das dificuldades impostas pelo racismo, sexismo, capitalismo e demais opressões a estas impostas. O primeiro e maior exemplo de reinvenção que tive oportunidade de vivenciar foi com minha mãe, uma mulher que criou os sete filhos sem vender sua força de trabalho para nenhum patrão. Ela sempre conseguiu enxergar possibilidades onde as dificuldades faziam festa. Aprendi com ela que sempre tem alguém que precisa de algo ou alguma coisa e está disposto a pagar por isso.

Fazer geladinho para vender nos torneios de futebol, criar animais para o abate, fazer doce de leite com requeijão, tira gosto de fígado, buchada, galinha e bife de boi para vender aos domingos de feira em seu bar e nas festas da redondeza eram apenas algumas das artimanhas para aumentar a renda do mês. Assim fui aprendendo que nem tudo seria fácil, mas com expertise seria possível.

De janeiro a março iniciava-se a colheita do feijão, principal cultura de importância econômica na região. Todas as pessoas que tinham terra costumavam plantar feijão para comer e/ou vender, aumentando assim a renda com a comercialização do grão. Era uma cadeia produtiva que movimentava a economia local e regional. Localmente esta economia movimentou meus estudos. Aproveitava o restinho das férias para colher feijão no quilo. Como era muito jovem, entre os dez e quatorze anos, os donos das roças se recusavam a pagar o valor da diária e às vezes quando o feijão estava bom, carregado e pesado, valia mais a pena pegar no quilo.

Antes do sol agraciar o dia com sua luminosidade e intenso brilho, a marmita, a garrafa d'água, o *cumbá* e o pano de cabeça já estavam a postos esperando a carona passar para nos levar até a roça. Quase sempre íamos acompanhados com irmãs, tias ou conhecidos próximos que, daquela atividade, também retiravam seu sustento.

O dinheiro adquirido nessa colheita era utilizado para comprar o tecido tergal para costurar minha calça e o caderno que mais me interessava e ao mesmo tempo se encaixava em nosso orçamento. A partir destas vivências fui compreendendo o trabalho como princípio educativo norteador para o avanço e desenvolvimento meu, de minha família e da minha comunidade.

Traçamos nossas trajetórias escolares baseadas na luta de nossa mãe para nos colocar na escola. Sabíamos que não podíamos e não podemos fraquejar, nem desistir porque temos o compromisso de honrar a confiança que ela depositou em cada um de nós. Como diz a maravilhosa educadora Vanda Machado (2013), é preciso coragem para ter na pele a cor da noite.

Numa época em que era um absurdo uma mulher sair de casa, deixar seu marido, para ir morar em outro lugar, nossa mãe priorizou nossa educação, mesmo sem saber ao certo qual prêmio esta aposta lhe daria, ela “sempre costurou a vida com fios de ferro” (EVARISTO, 2017, p. 109).

Mas como canta o rapper Djonga, na música *Olho de tigre*: “Sustentar família exige que tu faça planos”. Para mim, hoje, esse prêmio é sintetizado na oportunidade da escolha:

*Escolher onde morar, escolher pra onde ir,
Escolher o que comer, escolher o que vestir,
Com a consciência de que nem sempre o que eu quero
É o que o sistema traçou para mim.
Hegair Neves*

Vivenciamos uma enorme mudança em nossos modos de vida a partir do momento em que nossa família teve contato com a Educação do Campo, através das Escola Famílias Agrícolas. Entendida como sendo o conjunto de práticas e políticas voltadas para educação dos trabalhadores do campo, é também a compreensão da realidade por vir, uma educação que tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social, de acordo com Caldart (2012, p. 257-258).

Em 1994, meu irmão Advaldo (Deva) ingressou na Escola Família Agrícola- EFA de Riacho de Santana-BA e a partir daí, abriu as janelas das possibilidades para nós, demais irmãos e irmãs. Deva já tinha mais de dez anos de estudos, ele é um dos irmãos que estudava nas casas de farinha, assim como Guina e Cido. Foram dez anos de educação não escolar, que lhe permitiram ingressar na quinta série quando começou a estudar na EFA.

Minha mãe ficou sabendo da existência da EFA a partir de um conhecido de outra comunidade, então decidiu enviá-lo para experimentar essa nova escola, diferente de tudo que já tínhamos ouvido falar na região. Ele foi um dos primeiros estudantes de EFA de nossa localidade.

A partir do seu ingresso tivemos acesso a práticas de convivência com o semiárido, compreendida pela Articulação do Semiárido- ASA como práticas populares que consideram as especificidades e potencialidades locais e respeitam os limites e fragilidades da região semiárida, valorizando o saber e a capacidade de gerar conhecimento por parte dos agricultores e agricultoras familiares. São técnicas simples e inovadoras que desaguam em uma nova maneira de enxergar o semiárido, baseadas no reconhecimento

As práticas de convivência com o semiárido mudaram nossas vidas no campo. A exemplo da construção da primeira de cisterna de ferro e cimento, existente em nossa casa até os dias atuais, bem como a melhoria na criação animal a partir do plantio de culturas mais resistentes à seca, como o sorgo e da estocagem de alimentos como a palma. Além disso, Deva trouxe para comunidade noções e práticas de saneamento básico que contribuíram significativamente para nossa saúde, como a construção de fossas sépticas, quando a maioria das casas não tinha banheiro.

Isso porque “a educação do campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com

trabalho associado livre, com outros valores e compromissos sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesse processo (Caldart, 2012, p.263).

Diante das mudanças que foram havendo em nossa propriedade e, conseqüentemente em nossa comunidade, a EFA passou a ser a *menina dos olhos* de minha mãe e de outras mães. Tínhamos acesso a materiais didáticos que dialogavam com nossa realidade, a do campo e a de ser jovem. Deva foi e continua sendo minha referência de educador popular. Na época em que ele passou a dar aula em Espriado, comunidade vizinha a Vespertina, foi um grande marco em nossa família. Foi um dos primeiros retornos significativos que o acesso à educação, e educação contextualizada, estava nos proporcionando. Ele aprendeu a ler e agora estava ensinando aos seus e suas camaradas!

Depois de Deva, foram Beto, Adão, Rose e eu, filhos-frutos da pedagogia da alternância a partir das EFA's. A foto do início deste subcapítulo é da sua conclusão no curso técnico em Agropecuária na EFA, no ano de 1999, nela está Deva, nossa mãe e nosso pai.

Cada um de nós enfrentamos nossas dificuldades para nos manter nas EFA's onde estudamos, mas desistir não era uma opção. Estávamos sempre nos reinventando para garantir o básico: as calças velhas tornavam-se tapetes e arreios para os animais, as roupas dos mais velhos serviam para os mais novos, e assim seguíamos. Mesmo na condição de caçula, também passei por minhas dificuldades. Entre a conclusão de Deva, em 1999, e a minha, em 2010 são dez anos e ainda continuávamos lidando com algumas faltas.

No tempo comunidade eu limpava a casa de uma costureira na comunidade, em troca, ela costurava minhas roupas; eu pintava lençóis, toalhas, panos de pratos e vendia aos professores da escola; fazia unhas e dividia o valor com a dona do salão, tudo isso para conseguir dinheiro para pagar a ajuda de custo que era obrigatória na escola, bem como, custear a passagem até o município de Riacho de Santana - BA, onde ficava localizada a EFA. Minha mãe me repassava o valor de cinquenta reais, referente ao Programa Bolsa Família para ajudar nas despesas. Além disso, a lida em nossa roça continuava, era de lá que tirávamos nosso alimento.

Semelhante foi a luta de Beto, Adão e Rose para se manterem na EFA um pouco antes do meu ingresso. No tempo comunidade Beto e Adão, fazia carvão para conseguir manter-se na EFA, juntamente com Rose, investiam na propriedade com a criação de galinha de postura, plantio de hortaliças e frutíferas para venda na comunidade. Vendíamos brincos, kits de produtos de beleza (cremes hidratantes, perfumes, pomadas, gel, etc.), raspadinha e furadinha (uma espécie de rifa onde se paga um valor para raspar ou furar um círculo e ganhar o prêmio que está descrito). No final das vendas ganhávamos como premiação: jogos de panelas, de latas, panelas de pressão, edredons, lençóis... enfim, utensílios de cama, mesa e banho que ajudavam na melhoria da estrutura doméstica de nossa casa. Éramos comprometidos com nossos estudos, mas antes de tudo com nossa família e nossa subsistência, característica que dialoga com a Educação do Campo.

Esta educação que projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado

livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos, de acordo com Caldart (2013, p 265).

Tudo que somos hoje agradecemos a nossa mãe. E somos muito, quando comparamos a nossa realidade com a realidade de outros semelhantes, e podemos ser muito mais. Agradecemos a sua insistência, as surras recebidas pelos erros cometidos, seus não, as suas renúncias, agradecemos a sua vida.

Agnaldo (Guina) estudou até o primeiro ano, é bombeiro civil e tem duas filhas, Iara e Marcela. Iara, com vinte quatro anos, possui o curso técnico em informática, através de uma bolsa integral pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior (Prouni), fez graduação em Sistemas de Informação e hoje faz Especialização em Tecnologia e Sistema de informação. Marcela, com dezesseis anos, cursa o segundo ano do ensino médio em uma escola técnica pública, optou pelo itinerário formativo de linguagens e ciências humanas do novo ensino médio, além disso, ela faz o curso de libras.

Advaldo (Deva), tem curso técnico em Agropecuária pela EFA, cursou geografia, fruto de uma parceria entre EFA's e Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para formação de monitores das EFA's e fez pós-graduação em Educação Ambiental. Sua filha Isabela tem o curso técnico em Tecnologia da Informação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano).

Eva tem magistério, está cursando Tecnologia de Alimentos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em sistema de alternância. Tem duas filhas, Arlem de dezessete anos, que faz o curso técnico em Agroindústria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) e Alice, de dez anos, que faz o ensino fundamental na comunidade.

José Roberto (Beto), tem curso técnico em Meio Ambiente pela EFA, é graduado em Educação Física e possui pós-graduação em Fisiologia do Exercício. É personal trainer e bombeiro civil.

Adão é técnico em Agropecuária pela EFA, com graduação em Agroecologia pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) da UFRB.

Rosilene (Rose), é técnica em Agropecuária pela EFA, enfermeira pela UNEB, com uma pós em UTI e outra em Enfermagem no Cuidado Pré-Natal, é mestre em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Trabalha como enfermeira na maternidade de um hospital regional.

Eu, Hegair, tenho o curso técnico em Meio Ambiente pela EFA, graduação em Engenharia Agrônômica pela UFRB e sou mestranda em Educação do Campo na mesma universidade. Atuo na

área de Assistência Técnica e Extensão Rural com ênfase na Agroecologia. Tenho um filho, Diop, de dois anos, que estuda em uma escola municipal de educação infantil.

Em 2017 criamos o grupo chamado “Casa de Vanda- Sabores da Caatinga”. Esta iniciativa surgiu a partir da necessidade de escoar os produtos cultivados e beneficiados de forma agroecológica em nossa propriedade, que é de base familiar. Desde o início, o grupo Casa de Vanda adotou a economia solidária como um princípio para sua existência e assim, iniciamos nossa trajetória de vendas através das políticas públicas para compra e distribuição dos produtos da agricultura familiar, Programa de Alimentação Escolar (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A nossa missão é ofertar alimentos saudáveis e sustentáveis aos nossos clientes, através de uma produção que busca o fortalecimento da agricultura agroecológica, baseada na sabedoria dos povos e comunidades tradicionais, como estratégia para promoção de vida digna no campo e de enfrentamento ao racismo, pois acreditamos que a produção e consumo de alimentos saudáveis é uma das principais bases para nossa existência e autonomia enquanto povo.

Vanda foi e continua sendo nossa estrela guia! Tenho consciência de que ela desempenhou papel crucial em cada escolha, escolha que fizemos nas encruzilhadas da vida, Nzila, que no candomblé bantu-indígena é a força da comunicação presente nas encruzilhadas. Também tenho consciência de que as políticas públicas voltadas para educação e pela melhoria de vida no campo, frutos de muita luta por parte dos movimentos sociais do campo e da cidade, foram necessárias para que alcançássemos esses direitos.

Esses são os prêmios que conseguimos oferecer à nossa mãe, a nós mesmos e ao mundo. Não só nossa formação, mas também nosso caráter, nosso reconhecimento pela luta, nosso compromisso com nosso presente, nosso futuro e o futuro dos que estão vindo depois de nós, a nossa relação de respeito e identidade com a terra, sabendo que foi dela que tiramos nosso sustento, pois:

*A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros
A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente
(Racionais MC's, Capítulo 4, versículo 6)*

Nosso agradecimento por não estarmos nas estatísticas da morte, mas dentro dos dados da vida. Nosso agradecimento por termos saído da carvoaria, da venda de nossa força de trabalho em troca de tão pouco. Nosso agradecimento por termos acessado pessoas, lugares, experiências e vivências que só o estudo poderia nos proporcionar, pois é como canta Racionais MC's:

*Não é questão de luxo, não é questão de cor
É questão que fatura alegre o sofredor
Não é questão de preza, nego, a ideia é essa
Miséria traz tristeza e vice-versa
(Vida Loka)*

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALANTEJANO, Paulo. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 477-480, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. **Texto para debate**. Brasília, 1999.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO- ASA. **Texto: “É no semiárido que a vida pulsa”**. Disponível em <<https://www.asabrasil.org.br/semiario>>. Acesso em 18 de junho de 2023.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salte. **Por uma educação básica do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por Uma Educação Básica do Campo, 2000.

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos. Modos e Significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

CASTRO, Franciléia Paula. A cura do roçado. **Raízes, Agricultura e Ancestralidades**. Disponível em: <<https://www.ancestralidades.com/post/a-cura-para-uma-agricultura-em-crise>> Acesso: 21 de abril de 2023.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. **Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras**. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 191-201, 2022.

CORREA, Rosa L. Teixeira; GUIRAUD, Luciene. Possibilidades e limites de histórias de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba [online], vol. 09, n.28, p. 671-686, 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2840&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 20 de nov de 2020.

DAGNINO, Renato et al. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, 2009.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Cortez editora, 2021.

DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA, Diego. Extensão rural: processos excludentes para comunidades de terreiros. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020, p.1-5. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5324/3502>>. Acesso em: dezembro 2022.

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica. **Jornal de estudos negros**, v. 28, n. 5, p. 1-26, 1998.

EVANGELISTA, Ana Carolina; DIAS, Janise Bruno. Da produção de carvão à proteção ambiental: mudanças de paradigmas em comunidades rurais da Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero, MG. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 79-96, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

_____. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.

_____. **Ponciá Vicêncio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.

_____. A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/?amp=1&gclid=Cj0KCQjwmtGjBhDhARIsAEqfDEf6PYvzLY7YprefRwBuKMZXq_VVe3aihehmBmiw5moMz8x-hm6xzn0aAiDdEALw_wcB> Acesso em: maio 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez et al. **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. (a)

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Brasília: Biblioteca Digital/ SEPLAN, 2004. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>>. Acesso em: dezembro de 2021. (b)

_____. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. Brasília – DF: MDA, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: maio 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagno. **O campo da educação do campo**. Presidente Prudente - SP: UNESP, 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardo EC5.pdf>>. Acesso em: maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Galdencio e CIAVATTA, Maria. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 751-757, 2013.

GIRARDI JR, Liráucio. A reportagem como experiência etnográfica. **Anuário do Jornalismo**: revista da coordenadoria do curso de jornalismo da Universidade Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, p. 198-211, 2000.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecology for Food Security and Nutrition Proceedings of the FAO International Symposium** 18-19 September 2014, Rome, Italy.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1982.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: uma visão geral. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. **Epistemologias do Renascimento Africano**: Coleção Pensamento Preto. VI. III. São Paulo: Editora Filhos da África, p. 157-174, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: maio 2023.

- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 13ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite**. Salvador: EdUFBA, 2013.
- MAM'ETU KAFURENGÁ, Maria Balbina dos Santos. **Pedagogia do Terreiro: Experiências da Escola Caxuté**. Valença - BA: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia).
- MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Vidas de professores**. Portugal, Porto, Porto Editora, 1995.
- PEREIRA, Adão das Neves. **Identificação de plantas forrageiras na comunidade de Marí para alimentação de bovinos**. Amargosa – BA: UFRB, 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnologia em Agroecologia).
- RIBEIRO, Katiúscia. **O que é Filosofia Africana?** Investigações Epistemológicas acerca de sua Legitimade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do Departamento de Filosofia).
- _____. **A Importância e a Legitimidade da Filosofia Africana**. Apostila do Curso Online de Introdução à Filosofia Africana. Ajeum Filosófico. 2013
- RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, p. 293-299, 2012.
- SANTOS, Lannay Egidia Pereira dos et al. **Escrevivências dos cuidados de yalorixás negras, filhas de Oxum em Maceió**. 2022.
- SANTOS SOUZA, Neuza. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Ediciones Graal, 1983.
- SHIVA, Vandana. Entrevista ao Movimento dos Sem Terra - MST. Disponível em <<https://mst.org.br/2016/08/25/vandana-shiva-vivemos-uma-ordem-de-guerra-contra-a-terra/>>. Acesso em: maio 2023.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005. p. 1-21.
- SANTIAGO, Ana Rita. A autoria negro-feminina no Brasil e em Moçambique: o escrever entre dobras e insurgências. **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 121–134, 2020. DOI: 10.30620/p.i.v10i2.10893. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/10893>. Acesso em: maio 2023.
- TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, p. 178-186, 2012.
- TATINI, Martha Christina; TATINI, Rebecca. Agroecologia e ancestralidade: a cosmovisão africana e sua conexão com os saberes agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.
- TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Editora Expressão Popular, 2015.
- VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. São Cristóvão – SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado em Geografia).